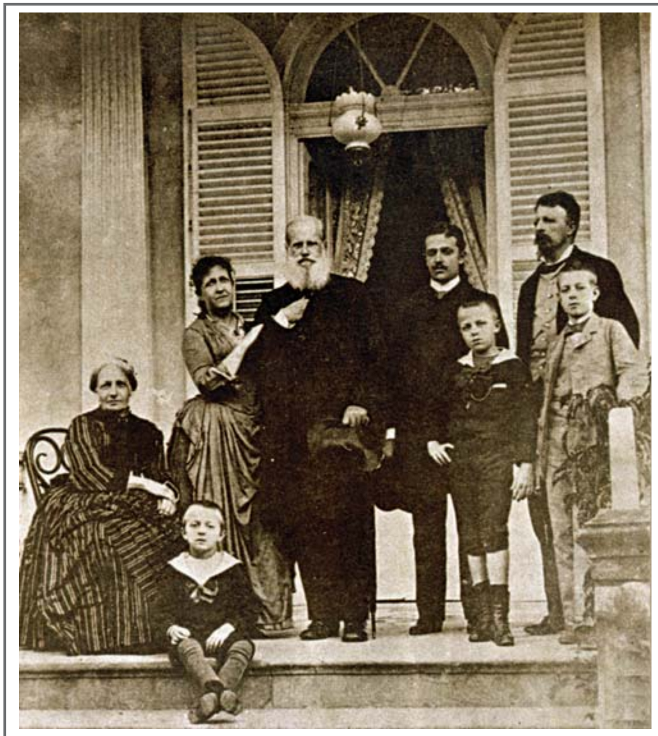
Boletim da Sociedade
Nº 57

Órgão Informativo da
Sociedade
Numismática Brasileira



2006

Sociedade Numismática Brasileira

Fundada em 1924

Edição: Gilberto Fernando Tenor
Projeto gráfico: Fábio de Souza e Walter Menezes
Editoração eletrônica e impressão : New Impress Gráfica e Editora
Tiragem: 1.200 exemplares.
Responsável: Pedro Zan - Reg. MTB nº 10.891
Colaboradores: Cláudio Patrick Amato, Cláudio Marcos Angelini, Hans Kochmann, Walter Menezes, Marcelo Germinário e Fábio de Souza
Capas: Cerimônia da Coroação de Dom Pedro, Imperador do Brasil, Jean Baptiste Debret, com sobreposição do 6.400 réis de 1822 – Peça da Coroação.
Página de apresentação: Última foto da Família Imperial no Brasil, em novembro de 1889.

Sumário

Carta do Presidente

Claudio Patrick Amato

Caros associados

Outro dia conversando com um amigo sobre estrelas e cometas, percebi que essa discussão astronômica poderia ser utilizada adequadamente no ambiente da numismática.

Às vezes nos deparamos com um sujeito que chega em nosso meio, e logo percebemos sua aflição para aprender depressa sobre nossa ciência. Normalmente se afilia à Sociedade Numismática Brasileira, comparece aos leilões, freqüenta a Praça da República e se mostra interessado por tudo aquilo que “cheira” numismática. Esse sujeito logo escolhe um tema e passa a estudar e a se dedicar a esse estudo, “importunando” os colecionadores mais antigos com suas perguntas, suas descobertas e seus achados. Logo dizem que estão escrevendo algo sobre a matéria e que logo teremos novidades. Com o passar do tempo, percebemos que esse nosso amigo vai aparecendo cada vez menos, até que um dia ele some, só reaparecendo alguns anos depois para vender o que consegui comprar durante seu curto tempo de colecionador. Esse é o tipo “cometa” que chega “cheio de luz” e vai embora rapidamente, não deixando nenhum rastro da sua existência, ou talvez somente algumas imagens suas nas fotos que temos a mania de guardar.

Por outro lado aparecem sujeitos de caráter mais discreto, que apesar de nunca terem sido apresentados, você pode jurar que sua fisionomia é familiar, talvez pelos momentos em que ficou observando seu material ou freqüentando silenciosamente as reuniões da Sociedade. Esse tipo de sujeito normalmente gosta de aprender e algum tempo depois V. fica conhecendo seus dotes e fica impressionado com sua coleção e com seu conhecimento. Um dia ele oferece humildemente um artigo para o Boletim, e a partir daí, sua figura começa a ser notada pela sua devoção ao colecionísmo e pelo seu conhecimento, até se tornar figura indispensável no nosso ambiente. Esse é o tipo “estrela”, que sempre vai brilhar na imensa constelação da numismática brasileira, e deixar vestígios de sua localização mesmo quando já tiver partido.

Não perca a oportunidade de repartir o seu conhecimento com seus companheiros de “hobby”, colaborando com artigos, palestras e exposições por que também na numismática: “Ninguém é tão burro que não tenha nada para ensinar ou tão inteligente que não tenha nada para aprender”.

Claudio Patrick Amato

Presidente da SNB

III Congresso Latino-Americano de Numismática



Ocorrido no período de 01 a 04 de dezembro de 2005, no Pestana São Paulo Hotel, o já consagrado III Congresso Latino-Americano de Numismática, aonde com grande sucesso, marcou o calendário numismático do ano passado. Como nas edições anteriores um grande número de comerciantes e colecionadores, além de estudantes e pessoas interessadas em aprender o que é a ciência da numismática, pôde visitar, além das 48 mesas de comercialização numismática, belas exposições, palestras e homenagens. Enfim um congraçamento dos amigos da numismática.

A organização do Congresso estava constituída por:

COMISSÃO EXECUTIVA

CLÁUDIO PATRICK AMATO (PRESIDENTE)

CRISTIANO DE LIMA BIERRENBACH

WANDERLEY COSTA

COMISSÃO CIENTÍFICA

CLÁUDIO MARCOS ANGELINI (PRESIDENTE)

DAVID ANDRE LEVY

FÁBIO DE SOUZA

GRÉGORY MARTINS DE MELO

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO

WALTER ARRUDA DE MENEZES (PRESIDENTE)

PEDRO ZAN

COMISSÃO DO LEILÃO ESPECIAL

MARCELO GERMINÁRIO (PRESIDENTE)

IDENYLDO SILVA

JOSÉ SERRANO NETO

JOSÉ ALBERTO BORGES DA CRUZ

PALESTRAS

- Casa da Moeda do Brasil

- As Condecorações do General Osório - Claudio Schroeder

- A reconstituição das instalações da Casa de Fundição de São Paulo e as atribuições de seu quadro de funcionários - Arquiteto Alfredo Gallas

- Gravadores de cunhos monetários na antiguidade grega - Professora Maria Beatriz B.Florenzano

- Numismática Grega e Romana da Pamphylia - Ásia Menor - Hilton A. Magri Lucio

- Sistema Monetário Brasileiro desde sua criação até os dias atuais - Evaldo Pereira Rezende

- As moedas brasileiras no Caribe - Rejane Maria Lobo Vieira e Gregory Martins de Melo

EXPOSIÇÕES

- Elementos para a criação das cédulas brasileiras da Americam Bank Note Corporation - Claudio Amato

- Os patacões e suas bases - José Serrano Neto

- Cédulas de Ocupação - Gregory Martins de Melo

- As medalhas do Gravador Girardet - José Alberto Borges da Cruz e Fabio de Souza - na abertura dessa exposição, foi lançada a medalha comemorativa dos 150 anos do nascimento de Augusto Girardet, cunhada pelo gravador Pedro Pinto Balsemão.



Solenidade de abertura



Público na cerimônia de abertura



Recepção do Congresso



Secretaria do Evento



Público nas palestras



Homenagem ao associado Lafaiete Cintra



Organização do Evento



Administração do Evento



Stand do Banco Central



Mesa do Cléber - A mais concorrida

Vistas do Congresso









Vista do evento



Vista do evento



Comissão Organizadora no Jantar

Jantar de Confraternização









Medalha cunhada para o evento



IV Congresso Latino-Americano de Numismática



A Sociedade Numismática Brasileira estará promovendo o IV Congresso Latino-Americano de Numismática no período de 30 de novembro a 03 de dezembro de 2006 a ser realizado no Novotel Jaraguá São Paulo Conventions, no Centro de São Paulo.



Trata-se do maior evento numismático realizado anualmente no Brasil com a participação de numismatas de todo o mundo.

No evento serão realizadas palestras, exposições temáticas, uma Feira Numismática com mais de 50 comerciantes e um leilão para os associados da SNB.

Organização do evento:

Comissão Executiva

Cristiano de Lima Bierrenbach

Marcelo Germinário

Wanderley Costa

Comissão Cientifica

Cláudio Marcos Angelini

Fábio de Souza

Claudio Schroeder

Maria Beatriz Borba Florenzano

Rejane Maria Lobo Vieira

Comissão do Leilão Especial

Cláudio Patrick Amato

Jose Alberto Borges da Cruz

Idenildo Silva

Jose Serrano Neto

Comissão de Divulgação

Gilberto Fernando Tenor

Walter Arruda de Menezes

Serviço:

Novotel Jaraguá São Paulo
Rua Martins Fontes, 71 Bela Vista
(Av. São Luiz esquina com R. da Consolação)
São Paulo - SP - Cep: 01050-000
e-mail: reservasnj@accorhotels.com.br

Tels: (11)6802-7009
(11)6802-7042



A Peça da Coroação

Com o intuito de brindar nossos associados com grandes pesquisas que outrora nossos colaboradores fizeram em prol da Sociedade, encontramos o brilhante texto do Sr. Luiz Marques Poliano, Conservador do Museu Histórico Nacional, intitulado "O primeiro cunho das Armas do Império", texto este divulgado através da nossa Revista Numismática, Ano XII, nºs. 1-4, do ano de 1944, ao qual transcrevemos abaixo.

A 1º de dezembro de 1822 realizou-se no Rio de Janeiro a cerimônia da Sagração e coroação de Pedro I – Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.

Em Mello Morais encontramos a reconstituição desse faustoso acontecimento, "ainda não visto no Novo Mundo, raro no antigo e desconhecido mesmo em Portugal".



Não é para admirar que uma tal solenidade, quer pelo seu ineditismo, quer pela importância política e social de que se revestia, despertasse – como despertou – uma enorme curiosidade e interesse. A esse respeito é de notar-se que o então Cônsul dos Estados Unidos no Rio de Janeiro solicitara "antecipadamente a S.M. Imperial permissão para assistir a tão fausta e solene cerimônia", no que foi atendido – informa o citado autor – e para tanto equiparado aos representantes diplomáticos da Rússia, da Inglaterra, da Áustria,

da Prússia e da França. Destinou-lhe o monarca uma das tribunas ao lado do Evangelho na Capela Imperial, onde se realizou o ato.

Organizara-se uma comissão composta de José Bonifácio de Andrada e Silva, do Bispo Capelão mor, do Barão de Santo Amaro, de Monsenhor Fidalgo e de D. Frei Antonio de Arrábida, para estudo e resolução de todos os variados aspectos da imponente festividade. O programa foi cumprido à risca, interessando-nos especialmente a parte que diz respeito à entrega, pelo Imperador já revestido das insígnias imperiais, ao oficiante, e depois de ouvido o sermão de Frei Francisco de Sampaio, da oferenda, constituída de moedas de ouro do Brasil – as primeiras batidas com o novo cunho das armas do império.

O episódio em torno do qual girarão estas notas, encontra-se assim em Mello Morais:

"Lido o ofertório, avisado pelo Mestre de Cerimônias desceu do trono e, precedido das pessoas já designadas, do esmoler mor, o Revº Padre Mestre Frei Severino de Santo Antônio, e do copeiro mor, Joaquim José de Magalhães Coutinho, que tinha nas mãos um riquíssimo vaso de ouro com oferenda, composta de *muitas peças do novo cunho das armas do império,* se dirigiu ao altar, e logo que chegou ao presbitério, o camarista lhe tirou a coroa, que sustentou nas mãos, e S.M., ajoelhando ante o celebrante, lhe apresentou a oferenda, que recebera das mãos do esmoler mor, e recebendo outra vez a coroa, voltou ao trono com o mesmo acompanhamento''. Terminada a oblata, o imperador foi turificado em pé pelo Monsenhor Diácono.

Dezenove anos mais tarde esta cerimônia, com ligeiras alterações, haveria de repetir-se com D Pedro II. Vem a propósito esta referencia porque, na Sagração do nosso Segundo Imperador também se verificou a esmola à Igreja, constante de um brandão de cera lavrada e dourada, tendo na parte superior as armas imperiais e na inferior, as da Casa Ducal de Bragança, no qual estavam incrustadas dez moedas de ouro de dez mil réis, possivelmente das emitidas no ano de 1841.

O Dr. Candido de Azeredo Coutinho, referindo-se aquelas peças, informa que as sessenta e quatro que se cunharam e eram de quatro oitavas, só serviram na coroação por terem a legenda – **PETRUS I D.G. BRASILIAE IMPERATOR** - ; e, mais, que não lhe "tinha sido possível descobrir o decreto ou portaria que mandou abrir o cunho das primeiras moedas de ouro", baseando sua informação ,

quanto ao número de peças batidas, numa resposta do provedor da casa da moeda, José Maria da Fonseca Costa, ao Presidente do Tesouro Público.



Dom Pedro I em 1822

Façamos, entrementes, a sua ficha numismática:

Busto desnudo e laureado de Pedro I, à esquerda. Na orla, **PETRUS.I.D.G.BRASILIAE.IMPERATOR**. A data, de 1822, entre cruzetas e seguida da letra monetária R. e, adiante, outra cruzeta. Sob o busto a assinatura do gravador: Z. FERREZ.

Reverso, armas do Brasil Império em Campo Verde, a esfera armilar atravessada pela cruz da ordem militar de Cristo dentro de uma bordadura circular de azul, carregada de dezenove estrelas de prata. Em circulo, entre os braços da cruz, as letras – IN HOC SIG VIN. Coroa Real, forrada de ouro. O escudo é sustentado por dois ramos floridos e frutados de fumo e café, atados com o laço nacional.

Serrilha floreada e bordadura dentada. AV.

A “Peça da Coroação”, como é designada pelos colecionadores e numismatas , não só pelo papel que teve no acontecimento máximo da nossa história política, como pelo reduzido número de exemplares emitidos, tornou-se de grande raridade e estimação na série brasileira, na qual figura como peça de mais alto preço. Daí, o não pequeno número de escritos, e até de artigos especiais a ela consagrados, sem que, até o presente, se tenha chegado a

conclusões definitivas quanto a alguns pontos da sua história e até mesmo da sua classificação técnica.

A dúvida de Azeredo Coutinho quanto ao ato que autorizou o fabrico da peça de 6400 – oitenta anos decorridos , ainda não pôde ser completamente sanada.

O número exato de peças cunhadas, em que pese a autoridade do então provedor José Maria da Fonseca Costa e do seu sucessor, já citado, obriga a novos estudos de vez que um outro documento, e da própria Casa da Moeda, recentemente trazido a lume, fala-nos de mais 7 peças.

Ainda, os fatos de não trazer valor declarado, de ter sido suspensa a cunhagem, e de não haver circulado normalmente como qualquer moeda, tem levado diversos escritores a classificá-la ora na categoria de moeda, ora na de ensaio, ainda na de moeda comemorativa e finalmente na de moeda ou medalha .

Também não ficou esclarecido, ou pelo menos foi documentadamente divulgado até aqui, qual o número certo de peças entregues pelo imperador ao Oficiante Capelão mor no ato da coroação, e isto tem dado ensanchas a que se diga e se escreva que as meias dobras de 1822 R teriam sido feitas "para presentear os figurões do meio político" contemporâneo.

Daí, o ficarmos preocupados com as seguintes imperiosas indagações:

- a que ordem, verbal ou escrita, teria obedecido o Provedor da Casa da Moeda, cunhando as peças de 6.400?

- qual o número de exemplares realmente emitidos, em face dos documentos conhecidos?

- qual a sua rigorosa classificação técnica?

- por que teria desagradado o trabalho de Zeferino Ferrez de Thomé Joaquim da Silva Veiga?

- tem fundamento a versão que da as moedas cunhadas, como distribuídas a altas personagens do tempo?

Embora não nos pareça fácil atacar estes pontos, procuraremos colaborar na sua elucidação, visto que a peça da coroação – ponto culminante da serie brasileira – bem o merece.

Não houve autorização expressa para a cunhagem

Após a Aclamação, a 12 de outubro, dispunham os encarregados da festa da coroação de menos de dois meses para o desempenho de sua afanosa tarefa. A escassez de tempo teria, assim, de ser vencida por todos os meios e modos. Foi isto que se deu, e prontamente se deduz de alguns atos oficiais que utilizaremos neste estudo, atos esses baixados, em certos casos, após a execução das providências de que cuidam.

Serve-nos de exemplo a portaria do presidente do Tesouro Público, mandando o provedor da casa da moeda entregar aos ourives da casa imperial Francisco Gomes da Silva, ao tempo ainda no cargo de primeiro juiz da Balança da referida Casa, 35 marcos de ouro para o cetro, coroa imperial e outros objetos, determinados em decreto imperial. A portaria executando a medida traz a data de 22 de outubro e o decreto imperial, a de 19 de novembro. Em outras palavras, o decreto mandava fazer o que já estava feito havia quase um mês!

Não será assim fora de propósito aceitar-se que a autorização para a cunhagem – se é que fosse necessária – tenha sido dada através de uma ordem verbal do próprio imperador, como de resto se praticou em relação aqueles objetos, encomendados por D. Pedro aos seus mais próximos auxiliares.

Tratando expressamente da cunhagem, nenhuma ordem encontramos, mas o seguinte trecho da informação do provedor Fonseca Costa, que “nenhuma ordem vocal e por escrito”, até 27 de agosto de 1823, havia recebido para a supressão da moeda com o novo cunho das armas do Império e que, da sua parte, não fora proibido o giro da que até então se havia cunhado, nos levará a admitir que também mediante uma ordem verbal do presidente do Tesouro poderia ele iniciar a cunhagem.

Resta saber porque, no caso das moedas, não se procedeu do mesmo modo que em relação à coroa, ao cetro e à espada – assim oficializados – isto é , porque não houve alguém expressamente incumbido em decretos ou portarias de as fazer. Com isto, ficaria atendida a estranheza que tem causado a ausência da respectiva autorização oficial.

O decreto de 19 de novembro de 1822 mandava ao ministro da Fazenda, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, entregasse ao Plácido Antonio Pereira de Abreu e às outras pessoas encarregadas

da prontificação de diversos objetos destinados à coroação, as *quantias* necessárias a esse fim.

Um outro, da mesma data, ordenava que ao célebre Francisco Gomes da Silva fosse também entregue, pela Casa da Moeda, o ouro preciso para a "factura da coroa imperial, cetro e outros objetos", ai certamente compreendida a insígnia da Ordem do Cruzeiro, determinados pelo Imperador.

Para uma certa categoria de objetos, era mister dinheiro; para outras, ouro, a ser entregue pela Casa da Moeda, como de fato se deu – dinheiro e ouro esses cujos gastos seriam mais tarde comprovados.

Quanto às moedas, não dependiam nem de uma, nem de outra coisa, e por isso não foram mencionadas. O ouro que consumiram foi diretamente fornecido pela Casa da Moeda, que também as fabricou e que, depois, no "Ajuste da partida quarta", transcrita no final, demonstrou o gasto do metal precioso.

O que se procurava atender, no caso, era – e urgentemente – a necessidade de moedas genuinamente brasileiras, que figurassem na Coroação.

Nem se compreendia que, numa tal festividade, se utilizassem peças com as armas do regime anterior e a efígie do Rei Velho. E, num trabalho de rotina, a Casa da Moeda tratou de mudar esses dois símbolos pelos novos, alem da data, e o objetivo imediato estava alcançado.

Porque tanto a peça de 1822 como as anteriores, obedeciam a um mesmo sistema, isto é, traziam o mesmo peso, o mesmo título e, em alguns aspectos, até o mesmo tipo.

A rigor, não haveria necessidade de um decreto especial. A sua cunhagem não foi, porem clandestina, porque a ordem verbal, sucedeu um decreto, e este também com a data de 19 de novembro que utilizaremos em outros pontos deste estudo, cujo texto expressamente se refere a elas e em data muito anterior ao seu lançamento.

O número exato de peças emitidas

A resposta ao provedor José Maria da Fonseca Costa assinala que até 27 de agosto de 1823 não haviam sido cunhadas "*senão 64 moedas de ouro de 6.400 rs.*"

Tão categórica afirmativa não estaria sujeita a dúvidas ou contestações, se não existisse no próprio arquivo da Casa da Moeda um outro documento, segundo o qual 71, e não 64, foram as peças cunhadas. Ante o dilema, restar-nos-á o dever de examinar detidamente o assunto, afim de que com segurança possamos escolher a mais legítima das duas afirmações.

Esse documento, de que o nosso prezado amigo Sr. Antonio Augusto de Almeida – e ao que sabemos – foi o primeiro a dar noticia, encontra-se no "Livro da Receita do Ouro referente aos anos de 1822 a 1826".

Trata-se de uma ata, ou assento, relativa à partida de ouro da qual, abatidos 35 marcos (35-0-0-00), entregues ao Chalaça, resultam 261 marcos sete oitavas e sessenta e nove grãos (261-0-7-69) aplicados no fabrico de diversos tipos de moedas, dentre as quais, as de 6.400, de que tratamos.

A divulgação da parte que interessa dessa ata, nos meios numismáticos, através da palavra escrita ou falada de técnicos conhecidos, tem dado corpo à idéia de que, realmente, 71 teriam sido as peças emitidas. Entendemos que a expressão *peça batida* ou *emitida,* no caso, carece de um complemento esclarecedor, isto é, se essas peças de fato saíram da Casa da Moeda. Normalmente, sabemos todos que por tal se entende a moeda efetivamente entregue à circulação.

Nesse documento, na conta da partida de ouro aplicada à moedagem, ou para usarmos da linguagem da época, no " Termo de ajuste da partida quarta", se declara que foram empregados " quatro marcos, três onças e quatro oitavas (4-3-4) em *setenta e huma peças* de 6.400 rs"., e, mais adiante, que as ditas peças deixaram a senhoriagem à Casa da Moeda 28.400 rs.

De um lado, uma informação oficial, destinada a produzir efeito externo, para uso superior, emitida pela única autoridade que, na Casa da Moeda, estaria legalmente habilitada a prestá-la; do outro, uma simples anotação de caráter interno, com o objetivo limitado de dar contas da aplicação de material num trabalho normal.

Em verdade, não haveria muita dificuldade em optar.

Mas há ainda a considerar uma questão importante: a informação do Provedor ao Presidente do Tesouro Público traz a data de *27 de agosto de 1823*, *enquanto o termo de ajuste é de 19 de novembro de 1822* – datas essas cujo confronto e apreciação nos parece de efeito decisivo na solução do caso.

E obvio que a informação, posterior de quase um ano ao termo de ajuste, invalida ou anula as afirmações deste.

De resto nem se poderia apelar para um possível desencontro entre um e outro informante. Ao contrario, o Provedor, documentadamente teve conhecimento do termo lavrado na Casa da Cunhagem, pois que, no ajuste da partida, esteve “em mesa”, isto é, assistiu ao ato da entrega, pelo Fiscal das Fieiras Manoel Bento Lopes ao Tesoureiro Manoel Martins da Costa Passos, dos 261 marcos, 7 oitavas e 69 grãos de ouro amoedado, em falhas e em moedas febres, que representavam, em obra, aquela quantidade de metal.

Dentro deste raciocínio, aceitamos que tenham sido efetivamente *batidas* setenta e uma moedas, mas que apenas sessenta e quatro foram *emitidas,* isto é, saíram da casa da moeda.

Ainda hoje se procede ali à operação da *escolha,* após a cunhagem. Das peças batidas, separam-se as que apresentam defeitos, para voltarem ao cadinho. Foi isto certamente o que se deu: das 71 moedas batidas, 7 entraram na conta de ouro e voltaram à fundição.

Sabemos hoje que sessenta e três delas tiveram um destino certo, devendo a restante ter sido recolhida ao medalheiro da casa da moeda, ou talvez sido entregue ao Imperador.

A menos que se quisesse admitir que tais peças, ao invés de tornarem ao cadinho, fossem indebitamente lançadas à circulação, ou precisamente se trate daquelas – “ distribuídas aos altos dignitários da corte e aos membros do corpo diplomático”, como sugere um escritor.

Mais essa é uma hipótese que teremos de afastar sem a menor dúvida, tendo em conta o alto conceito e tradição da mais antiga das nossas repartições públicas.

Medalha, ensaio ou moeda?

Nesta parte, e para melhor orientação de nosso estudo, daremos de início as definições das diversas categorias numismáticas nas quais tem sido classificada a peça da Coroação.

Medalha – É geralmente de metal, multiplicada uniformemente, sem valor preciso, e sem reunir os caracteres conhecidos e determinados pelo título, peso e tipos. Destinam-se quase sempre a comemorações de acontecimentos ou personagens.

Ensaio – Tal como seu nome indica, é a peça, metálica ou não, que serve de modelo para novas moedas, podendo ser ou não aprovado.

Moeda - E´a peça de metal que, multiplicada uniformemente e em grande numero, e trazendo as impressões semelhantes, determinando real ou ficticiamente o seu valor. Serve de meio universal de troca contra todos os outros valores. A moeda deve, necessariamente, reunir três características determinadas uniforme e conhecidas: titulo, peso e tipo.

Ora, pois, vejamos se a peça da Coroação se quadra no primeiro caso, isto é, se deve ser classificada como *medalha.*

A rigor, de medalha a peça em estudo tem apenas o material de que é feita e a multiplicação uniforme. Afasta-se, porem dessa categoria nos seguintes pontos: reúne "características conhecidas e determinadas pelo título, peso e tipos", e não se destinou, pelo menos expressamente, à "comemoração de acontecimentos ou personagens".

Quanto ao primeiro caso – peso, titulo e tipo – filia-se à "Peça da Coroação", ao sistema monetário anterior à Independência, sistema este que, embora inexplicavelmente, vigorou no Brasil até 1833, e se pautava pelo preço da oitava de ouro a 1.600 rs., ao titulo de 22 quilates e , como já notamos, ao próprio tipo – ressalvadas, é claro certas mudanças impostas pela nova situação política da nação. Além disso, apresenta serrilha, que é sem dúvida uma das mais fortes características da moeda.

A medalha, salvo raras exceções, distingue-se ainda da moeda pelo módulo, geralmente maior, e pelos metais inferiores de que é feita – prata ou bronze, sendo os exemplares em ouro, quase sempre, peças únicas. No nosso caso, todas as peças são de ouro.

A medalha comemora um fato qualquer. A moeda cumpre uma função econômica. E´neste ponto que as duas categorias mais se

distinguem. E´certo que em alguns casos a moeda pode assumir, concomitantemente, o papel da medalha, como no caso dos "sueldos" bolivianos, que assinalam a posse de presidentes, marcam atos administrativos ou políticos e outras efemérides, mas valem e correm como dinheiro. Temos ai o exemplo típico da moeda comemorativa, que nada mais é que uma medalha com função econômica. No mesmo caso estão as nacionais que, a partir da serie de prata do quarto centenário do Descobrimento do Brasil, enriquecem o mealheiro nacional ate 1939.

Documentadamente, a "Peça da Coroação" circulou, ou girou e somente este fato – quando outros não houvessem – desautorizaria a idéia de a quererem classificar entre as medalhas.

Quanto ao seu enquadramento na classe das moedas comemorativas, apenas por convenção – e não tecnicamente – poderíamos aceitá-lo. E´ possível que para uma tal teoria tenha contribuído especialmente a informação de Azeredo Coutinho, que por sua vez se baseou naquela expressão do provedor Fonseca Costa, de que as 64 peças cunhadas o foram "para o dia da Coroação".

Decorridos 122 anos, ao nosso sentimento de brasileiro é agradável localizar, na surpreendente e rica serie brasileira, uma peça de alto valor histórico, testemunha de um ato soleníssimo, através do qual ainda podemos ouvir as ressonâncias daquele festivo 1º de dezembro, quando todo o Brasil se engalanava para receber, na pessoa de Pedro Primeiro, o símbolo da soberania – desde então mentida e sempre engrandecida.

Mas é somente por isto que a aceitamos como peça comemorativa, e não porque a esta aquiescência nos obrigue qualquer expressa manifestação em decretos ou portarias, como é usual e serve de exemplo à série de cobre-niquel de 1938, que nada revela em seus cunhos quanto ao fato que comemora, e, no entanto todos sabemos que ela se destina a assinalar a passagem do 1º aniversario da Constituição de 10 de novembro, porque a tal objetivo se reporta o decreto que determinou a cunhagem.

Não nos consta que as moedas de ouro de 1841, incrustadas na cera do Brandão da oferenda, por ocasião da Sagração e Coroação do filho e sucessor de Pedro I tenha sido ate aqui – e seria mesmo caso – considerada moeda comemorativa.

Vejamos, agora, se se trata de um *ensaio.*

De acordo com a opinião respeitável do numismatógrafo Julius Meili, a “Peça da Coroação” é um “tipo concebido como ensaio”.

Contudo, esse *ensaio* não serviu de modelo às peças que se cunharam a partir de 1823, uma vez que o *tipo* destas dele difere profundamente. Seguindo-se o raciocínio de Meili, chegaremos à conclusão de que o sentido de ensaio, aí, corresponde ao de uma *procura* ou *estudo de tipo* da moeda a ser adotada no Império, e não propriamente da moeda.

E tanto assim é que, um ensaio se seguiu, logo sucedido por um terceiro, que completaram o estudo para o tipo definitivo.

Acontece, ainda, que a peça da coroação teve, ela mesma, o seu ensaio, enquanto aqueles ensaios não tiveram executadas a respectiva peça. Nestes a legenda ainda esta incompleta, o que somente se verifica com as moedas de 6.400 datadas de 1823.

Nestas condições, parece-nos que a meia dobra, ou os 6.400 de 1822 R. foi uma moeda provisória, de pequena tiragem, e da qual se fizeram ensaios e que, por não reunir em seu tipo certas condições, julgadas importantes, ao tipo monetário nacional brasileiro, foi substituída por outra, completamente diferente.

A idéia de nação independente, que levou o governo a preparar com urgência uma moeda nacional que figurasse na cerimônia da Coroação, repete-se nos chamados primitivos carimbos do Império. A peça da Coroação traduz o empenho de mostrar que o Brasil já era dono de si mesmo.

Visto que não a podemos enquadrar na categoria de medalha ou de ensaio, terá ela forçosamente de ser classificada como moeda.

Em reforço de nossa opinião, utilizaremos aqui o argumento forte de um texto legal, até aqui ainda não trazido a debate por qualquer historiador ou numismatógrafo, muito embora se nos afigure decisivo na contenda. Trata-se do decreto imperial de 19 de novembro de 1822 no qual o ministro Martim Francisco ordena ao Tesoureiro mór a entrega, ao “Monsenhor Fidalgo, Inspetor da Capela Imperial, da *quantia* de 403.200 em 63 peças de 6.400 rs.”, com a Imperial efígie, para a oferta no dia da coroação

A expressão quantia dispensa comentários.

A esse argumento, porém, juntaremos outro – a clara indicação que se encontra na pergunta e resposta, respectivamente, do

Presidente do Tesouro Público ao Provedor da Casa da Moeda, na qual aquele quer saber se houve alguma ordem verbal ou escrita "para a supressão da *moeda* com o novo cunho do Império" e, "se tendo já pronta certa quantidade de *moeda* com o cunho do Império, proibiu aos trabalhadores dela os eu *giro*", ao que respondeu o Provedor que não recebeu a dita ordem, e nem *"proibiu o giro do que se tem cunhado".*

Ora, não *giram* nem o ensaio, nem a medalha, mas tão somente a moeda.

A razão do desagrado imperial

É generalizada a versão segundo a qual o Imperador mandou suspender a cunhagem da peça gravada no anverso por Zeferino Ferrez em virtude de não constar da legenda o qualificativo **CONSTITUTIONALIS**.

Parece que a origem de uma tal suposição se encontra nos seguintes trechos de Azeredo Coutinho:

"A inscrição D. Pedro I, Imperador do Brasil, posta no anverso, dando a pensar que só direito divino, elevara o Príncipe ao trono, acabava com a trindade – Independência, Constituição e Império, símbolo da nação brasileira."

"O reverso tendia para que o povo brasileiro era mais dócil e menos moral do que o povo português, que se apegara à lembrança que tivera D. João V de por reverso da moeda de ouro a legenda **IN HOC SIGNO VINCES**."

"Tão imprudente pareceu ao imperante o incenso então queimado que, sendo-lhe uma dessas moedas apresentada na Capela Imperial depois da sua coroação, ele a repeliu, lançando-a sobre a mesa"

E, em nota: " Esta rejeição é comprovada pelo livro de registro da Casa da Moeda."

Vejamos, porém, o que diz esse livro, ou melhor, o documento que se refere ao caso:

".. até o dia 16 de junho passado não se cunharam em ouro, prata ou cobre com o novo cunho das armas do Império senão 64 moedas de ouro de 6.400 rs. Com o retrato de S.M o Imperador digo imperial de corpo nu, para o dia da coroação, cujo retrato não tornou a servir mais por não agradar ao mesmo Imperial Senhor..."

O provedor Fonseca Costa limitou-se a dizer que a moeda não continuou a ser cunhada *por não agradar ao mesmo imperial senhor,* abstendo-se de determinar qual o motivo que levou Pedro I a rejeitá-la.

Mas em todos os escritores modernos o motivo principal apresentado para a rejeição se baseia na omissão da palavra **CONSTITUTIONALIS**, da legenda do anverso.

De permeio, porem, encontramos em Julius Meili o que nos parece ser a verdadeira causa da rejeição, e súbita paralisação da cunhagem da meia dobra de 1822. Atentando bem para os seus argumentos, nem sempre ao alcance da maioria dos numismatas patrícios que, como nós , não traduzem o alemão , veremos que os motivos foram muito outros.

"Assim – diz Meili – não foi especialmente a falta da palavra CONSTITUTIONALIS na legenda, como admitiu o Dr. Candido de Azeredo Coutinho – Estudo sobre a Moeda de Cobre, o que motivou o desagrado imperial, do contrario ter-se-ia, por certo, procurado sanar imediatamente a lacuna, ao se fazerem , no ano seguinte de 1823, os ensaios que, evidentemente procuravam o caminho para o tipo definitivo. Nesses dois ensaios – continua – o primeiro, para a moeda de ouro de 4.000, e o segundo para a moeda de prata de 640, vê-se o Imperador em uniforme de Almirante, a coroa apresenta-se já com a forma imperial, e o lema IN HOC SIGNO VINCES está colocado por fora do escudo de armas, na orla; pelo que deve-se supor que o desagrado imperial girou exclusivamente em torno desses defeitos ."

Além disso, na legenda desses ensaios, não aparece ainda o qualificativo CONSTITUCIONALIS, que abreviado e seguido do complemento, ET PERPETUUS BRASILIAE DEFENSOR – se inscreve na peça definitivamente adotada, cunhada em 1824, com a data de 1823.

Deste modo afasta-se a hipótese, até aqui seguida pela maioria dos escritores, para prevalecer a que baseia a rejeição na semelhança entre o tipo da moeda nacional de 1822, e as peças batidas no regime anterior - o que, realmente, não seria para agradar o fundador do Império.

Com feito, nas peças cunhadas sob. D. João VI aparece o rei com o busto desnudo – tal como na peça da coroação; não trazem o valor declarado, e a coroa é, como não podia deixar de ser, baixa, igual à do reino , porque somente depois de cunhadas é que foi

adotada a coroa imperial.

E tudo isto deve ser atribuído à pressa com que foram feitos a gravura, os cunhos e os estudos que os antecederam – se é que houve estudos.

O destino das 64 moedas de 1822

Entre os documentos que incluímos neste trabalho, há um decreto de 19 de dezembro do ano da Independência, mandando que o Ministro da Fazenda entregasse, por intermédio do Tesoureiro Mór, ao Monsenhor Fidalgo, Inspetor da capela Imperial a quantia de 403$200 em 63 peças de 6$400, com a efígie imperial, para a oferta no dia da Coroação.

Se é exata a afirmação de que tais moedas foram, naquele dia, distribuídas ao corpo diplomático e aos figurões políticos do tempo, a distribuição não correu por conta da magnanimidade do Imperador, como se tem querido fazer crer, mas pelo Oficiante Capelão Mór, que as recebeu, em oferta das mãos do Pedro I.

O que se fica sabendo com certeza é que, das 64 peças cunhadas, somente uma não foi utilizada na coroação, e isto nos indica que das moedas que ai existem em coleções, uma única não terá presenciado o importante ato, revestindo-se assim de imenso valor histórico. Queremos crer que a última peça terá sido aquela mesma que existia no mealheiro da casa da Moeda, exposta em 1861, de que nos da noticia o antigo provedor Dr. Azeredo Coutinho, na sua “Apreciação”.

I - Portaria do Presidente do Tesouro Público sobre o cunho das novas moedas e se teve ordem ou não para mandar cunhar e de quem

O Provedor da Casa da Moeda imediatamente declara se teve ordem vocal ou por escrito, e de quem, para a supressão da moeda com o novo cunho do Império: tendo já pronta certa quantidade de moeda com o cunho do Império proibiu os trabalhadores dela e o seu giro: que porção de moeda de ouro, prata ou cobre existia no dia 16 de julho com cunho do Império: até que dia se tem cunhado moeda de prata e cobre com o cunho antigo e armas do Reino Unido, depois da nossa feliz separação, e declaração da Independência. Rio de Janeiro, 27 de Agosto de 1823. Nogueira da Gama. Registre-se. Rio, 27 de Agosto de 1823. Fonseca.

II - Resposta do Provedor da Casa da Moeda

Ilmo e Exmo. Sr. – Em conformidade da Portaria de V. Exa. Que nenhuma ordem vocal, e por escrito recebi para a supressão da moeda com o novo cunho do Império, nem proibi o giro da que se tem cunhado: em 22 do corrente se deu principio a cunhar moedas de cobre de 20 rs. Com as armas do Império em conformidade das Portarias de 21 de Julho deste ano, e de 22 do presente mês, continuando-se a cunhar as outras moedas de cobre com os cunhos antigos por não se poderem em tão curto espaço de tempo, abrirem-se cunhos de todas as quantidades de moedas para trabalharem todos os engenhos ao mesmo tempo; como V. Exa. me disse vocalmente em 26 deste corrente mês principiou-se também a cunhar com o novo cunho das armas do Império as moedas de 960 rs. de prata do Banco vinda neste mês; ate o dia 16 de julho passado não se cunharam em ouro, prata ou cobre com o novo cunho das armas do Império senão 64 moedas de ouro de 6.400 rs. com o Retrato de S.M o Imperador digo Imperial de corpo nu, para o dia da Coroação, cujo retrato não tornou a servir mais, por não agradar ao mesmo Imperial Senhor, e desde então até o dia 16 de julho não houve não houve mais decisão alguma sobre a sua forma, e as outras moedas, por não ter o Abridor Francês aprontado cousa alguma do que tinha sido encarregado pelo Presidente, que então era do tesouro Publico, nem eu ter ordem do mesmo para mandar fazer na Casa os cunhos, que não dependiam de retratos, o que logo se efetuou depois da entrada de V. Exa. que mandará o que for justo. Rio de Janeiro, em 27 de Agosto de 1823, José Maria da Fonseca Costa, Provedor da Casa da Moeda.

III - Portaria do Presidente do Tesouro Público

O Provedor da casa da moeda entregue a Francisco Gomes da Silva 35 marcos de ouro, que são precisos para a coroa, Cetro, espada e mais obras pertencentes à coroação de sua Majestade Imperial. Paço, em 22 de outubro de 1822. Ribeiro d' Andrada. Cumpra-se e registre-se. Registrado em 22 de Outubro de 1822. Fonseca.

IV - Decreto de 19 de novembro de 1822

Martim Francisco Ribeiro de Andrada, etc., ordene ao Tesoureiro mor dele faça entregar ao ourives da minha casa, Francisco Gomes da Silva, a quantidade de ouro que for preciso para a fatura da Coroa Imperial, cetro e outros objetos por mim

determinados, apresentando o sobredito Francisco Gomes a competente conta do ouro que tiver despendido, para ser levado em conta ao tesoureiro da Casa Da Moeda. Palácio do Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1822. Com a rubrica de Sua Majestade Imperial. Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

V - Decreto de 19 de novembro de 1822

Tendo-se de celebrar a minha Coroação e Sagração do Imperador do Brasil e Perpetuo Defensor por unânime aclamação dos povos, e sendo de absoluta necessidade fazerem-se as despesas necessárias para este solene ato: sou servido que, pelo Tesouro Público, se entregue a Plácido Antonio Pereira de Abreu as quantias que por ele forem pedidas, à vista das competentes contas legalizadas, como é de estilo, e da mesma forma às outras pessoas encarregadas da prontificação de vários objetos para o mencionado ato, apresentando todas as suas contas com as formalidades precisas, para serem abonadas ao Tesoureiro mor do mesmo Tesouro as quantias que, na sobredita conformidade, for entregando. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, etc. Palácio do Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1822. Com a rubrica de Sua Majestade Imperial. Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

VI - Alvará de Serventia Vitalícia do Oficio de 1º juiz da Balança passado a Francisco Gomes da Silva

Eu, El Rei, faço saber aos que este Alvará virem que, achando-se vago o Oficio do Primeiro Juiz da Balança da Casa da Moeda desta corte por falecimento de Thomas Antunes de Araújo que exercia, e constando-se que Francisco Gomes da Silva, tem as circunstâncias necessárias para servir o mesmo oficio : Hei por bem de o prover na serventia vitalícia do referido Oficio de Primeiro Juiz da Balança da dita Casa da Moeda, vencendo o ordenado anual de quatrocentos mil réis, que lhe serão pagos pela folha respectiva, e os mais próis e percalços que diretamente lhe pertencerem, e as pessoas a quem tocar o conhecimento deste o deixarão servir o mencionado Oficio, dando-se-lhe posse, e juramento na forma do estilo, e cumpriram e guardem este Alvará, e o façam cumprir e guardar, como nele se contem e valerá posto que seu efeito haja de durar mais de um ano, sem embargo da Ordenação Livro Segundo Título Quarenta, em contrário. Pagou de novos direitos Duzentos Mil réis que se carregarão ao Tesoureiro deles a fls. 47 v. do livro V de sua Receita, e se registrou o conhecimento em forma no primeiro décimo primeiro do

Registro Geral a fs.3, e este passara pela Chancelaria. Dado no Palácio do Rio de Janeiro, em 30 de outubro de 1816. Rei Márquez de Aguiar.

VII - Participação do Escrivão do Tesouro Público sobre Francisco Gomes da Silva vinda em 8 de abril de 1823

O Exmo Sr.Presidente ordena que Francisco Gomes da Silva não seja apontado naqueles dias em que estiver de serviço de sua Majestade Imperial, e vier mais tarde para o seu exercício na Casa da Moeda. José de Rezende Costa.

VIII - Livro da Receita do Ouro Referente aos anos de 1822 a 1826

"Este livro há de servir com o Tesoureiro da Casa da Moeda desta Corte Manoel Martins da Costa Passos, para Receita do Ouro e no final ver seu encerramento. Contadoria Geral da Terceira Repartição do Tesouro Público do Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1821. a) João Carlos Correa Lemos''.

(Termo de abertura do livro existente no Arquivo da casa da moeda, no qual se acha feito o seguinte lançamento):

Fim da Partida 4ª - Mostra-se pelas cargas deste livro de fls. 12 a fls. 15 haver recebido o Tesoureiro desta Casa da Moeda Manoel Martins da Costa Passos, em os meses de Agosto a Outubro do corrente ano, duzentos e noventa e três marcos, sete onças, quatro oitavas e meia (293-7-4-36) de ouro fino, que pelas suas leis e pesos importam na quantidade de vinte e oito contos vinte e sete mil novecentos e trinta e quatro reis (28:427$934). Cujo ouro sendo reduzido à lei de 22 quilates produziu duzentos e noventa e seis marcos, sete oitavas e sessenta e nove grãos, do qual abatido trinta e cinco marcos (35-0-0-00), no valor de três contos, trezentos e sessenta mil reis (3:360$000), que na conformidade da Portaria do Presidente do Tesouro Publico de 22 de Outubro do corrente se deram a Francisco Gomes da Silva, para as Obras de Sua Majestade Imperial, ficou liquido para o lavor duzentos e sessenta e um marcos sete oitavas e sessenta e nove grãos.......(261-0-7-69), no valor de vinte e cinco contos, sessenta e sete mil novecentos e trinta e quatro reis (25:067$934), em 13 fundições que se fizeram como consta do livro 4º das ligas de que é escrivão José Joaquim da Costa, cujo ouro liquido ligado recebeu o Fiel das Fieiras Manuel Bento Lopes, em 32 barras para as lavrar, em moedas de 4.000 rs e em peças de 6.400 rs..; e duzentos e cinqüenta e sete grãos (1-6-57) em falhas que houve no lavor das fieiras ; quatro marcos, três onças e quatro oitavas

(4-3-4) em setenta e uma peças de 6.400 rs.; e duzentos e cinqüenta e seis Marcos, três onças, cinco oitavas e doze grãos (256-3-5-12) em sete mil trezentas e cinco moedas de 4.000 rs. as quais foram todas pesadas, providas e ensaiadas pelos juizes da Balança e ensaiadores da Casa, que disseram ter o dito peso e lei de 22 quilates, pelo ultimo ensaio que lhes fez: e depois sendo contadas e conferidas, achou-se importarem na quantia de vinte e nove contos, seiscentos e setenta e quatro mil e quatrocentos réis..............

(29:674$400); da qual abatida a de vinte e cinco contos sessenta e sete mil novecentos e trinta e quatro réis (25:067$934), importância liquida de todo o ouro que entrou nos meses de Agosto, Setembro e Outubro do corrente ano, como consta de fls. 15 deste Livro, ficou de rendimento, pertencente aos ditos meses, a de quatro contos, seiscentos e seis mil quatrocentos e sessenta e seis reis (4:606$466) que procedem a saber: 4:537$026, senhoriagem das moedas de 4.000 rs. 28$400 dita das peças de 6.400 rs. e 41$040 rs. de moedas febres. Por ficar justa esta partida 4ª mandou o dito provedor fazer este termo, que assinou com o referido Tesoureiro, e mais Oficiais, comigo, escrivão da Receita e Despesa, que o escrevi a) José Joaquim de Moura Teles. a) Manoel Martins da Costa Passos.

IX - Decreto de 19 de novembro de 1822

Martim Francisco Ribeiro de Andrada etc., ordene ao tesoureiro mor dele entregue ao Monsenhor Fidalgo, Inspetor da Capela Imperial, a quantia de 403$200 em 63 peças de 6$400, com a minha efígie, para oferta no dia da minha Coroação; e, como competente conhecimento de recibo, se levará em conta esta quantia ao mencionado Tesoureiro Mór por este decreto somente. Palácio do Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1822. Com a rubrica de Sua Majestade Imperial. Martim Francisco Ribeiro de Andrada.



A Classificação Técnica da Peça da Coroação

Hans Kochmann



A moeda de ouro brasileira de valor numismático mais elevado, é sem dúvida a “PEÇA DA COROAÇÃO” de D. Pedro I, 6.400 réis, 1º sistema monetário do Império do Brasil, 1822R (Casa da Moeda do Rio de Janeiro), catalogado sob os nºs. 538 (Catálogo Santos Leitão) e 0-1240 (Catálogo Kurt Prober). Eis aqui a classificação técnica da “PEÇA DA COROAÇÃO”:

a) Área do anverso: No centro do campo, a efígie do Imperador D. Pedro I, de perfil à esquerda (visto de frente), laureada e nua (sem uniforme), encimada ao número da era 1822 e a letra monetária R, sigla da Casa da Moeda do Rio de Janeiro; entre 03 cruzetas assim distribuídas: **+1822+R+**. Colocada junto à orla, a inscrição (legenda) titular: PETRUS PRIMUS DEI GRATIA BRASILIAE IMPERATOR (Pedro Primeiro pela Graça de Deus Imperador do Brasil) da seguinte forma: **PETRUS.I.D.G.BRASILIAE.IMPERATOR**. A inscrição **Z. FERREZ** (Zeferino Ferrez, 1797-1851, gravador e abridor de cunhos da Casa da Moeda do Rio de Janeiro) em baixo relevo, é aposta na parte ovalada do corte do busto imperial. Limitando o campo, junto à orla, um círculo de pequenos traços de ornamentação e segurança, traçados do campo em direção ao bordo da área da espessura.

b) Área do reverso: No centro do campo, o escudo das armas imperiais brasileiras, do desenho primitivo, com a coroa real portuguesa (forrada), tendo a inscrição: IN HOC SIGNO VINCES (Com este sinal vencerás) dentro do escudo da seguinte forma: **IN HOC SIG VIN**, legenda esta, abreviada e dividida pelos braços da Cruz de Cristo. (O brasão imperial brasileiro foi posteriormente modificado e já em 1823, foi a coroa real portuguesa substituída pela coroa imperial brasileira e a legenda heráldica IN HOC SIG VIN retirada do centro do escudo de armas). O escudo é colocado entre um ramo de café à esquerda e um ramo de tabaco à direita, apresentando na parte inferior na junção de ambos, o Laço Nacional. Limitando o campo, junto à orla, um círculo de pequenos traços de ornamentação e segurança, traçados do campo em direção ao bordo da área de espessura. A "PEÇA DA COROAÇÃO" não indica seu valor nominal.

c) Área da espessura: Escama (serrilha) de segurança, também denominada "escama de peixe" ou "serrilha flor de lis".

d) Ângulo: O ângulo, do anverso para o reverso é de 350 graus, portanto ligeiramente inclinado.

e) Diâmetro: Tratando-se de cunhagem efetuada em prensa monetária manual (balancim), poderão aparecer exemplares legítimos com pequenas variações de diâmetro. O diâmetro aproximado da "PEÇA DA COROAÇÃO" é de 32,2 milímetros.

f) Peso (bruto): O peso oficial é de 4 oitavas = 14,342 gramas, havendo pequenas tolerâncias entre 14,1 e 14,6 gramas.

g) Título: 916 2/3 milésimos = 22 quilates

h) Cunhagem oficial: Rs. 409$600 (Quatrocentos e nove mil e seiscentos réis) = 64 exemplares

Esta classificação foi feita pelo nosso ilustre associado, Hans Kochmann; e divulgado através do Boletim da Sociedade nº 29 de Janeiro de 1969.

Dom Pedro II - Imperador do Brasil

Cláudio Patrick Amato



alestra apresentada durante o “Encontro Nacional da SNB”
em 25 de março de 2006

1. Introdução

Estou entre aqueles que entendem que uma coleção, qualquer que seja, não tem nenhum valor se não trouxerem consigo algum ensinamento. Talvez por isso, tenha optado pela numismática, pois cada moeda ou cédula das nossas coleções carrega consigo um pouco do momento histórico, econômico e artístico em que elas foram concebidas.

Pesquisando as moedas e cédulas brasileiras, me chamou a atenção a grande quantidade de tipos de moedas (20) e cédulas (34) que traziam a figura do Imperador D. Pedro II. Lembrei dos tempos da escola e fui conhecer a vida e a obra do personagem que mais aparece nesses pequenos pedaços da história brasileira. Sem a pretensão de fazer um trabalho completo, comecei a juntar as informações para que possamos conhecer ou recordar juntos, um pouco da vida desse homem que por quase 50 anos teve ao seu encargo, a condução política, econômica e cultural do nosso país.

Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocadio Miguel Gabriel Rafael de Gonzaga e Bragança, nasceu em 2 de dezembro de 1825, na cidade do Rio de Janeiro, filho do Imperador D. Pedro I e da Imperatriz Maria Leopoldina, da casa dos Habsburgo na Áustria. Saudado por três salvas dos canhões das fortalezas e navios, se fosse menina seriam somente duas, nascia pela primeira vez em solo brasileiro, o principal herdeiro de todas as esperanças nacionais.

2. O golpe da Abdicação

A conjuntura política e econômica do Brasil, vinha agravando-se desde a Independência em 1822. Logo depois de sufocadas as resistências à Independência (lembrando que na Bahia o Brasil só se

tornou independente em 2 de julho de 1823), foi iniciada a Guerra pela Província Cisplatina (1826/1828), que para atender aos interesses dos ingleses na bacia do rio da Prata, consumia os recursos do Real Erário.

Tendo assinado em 1825 o tratado com Portugal que reconhecia a Independência do Brasil mediante concessão de vantagens financeiras e em troca da manutenção da condição de herdeiro do trono português, D.Pedro I despertava a desconfiança e a decepção dos seus súditos brasileiros.

O imperador transformou o 1º. Banco do Brasil criado por seu pai em 1808, num emissor de papéis sem lastro, para custear as despesas da Corte e pagar os juros à Inglaterra. Em 1829, não restou outra alternativa senão decretar o fechamento do Banco, assumindo o governo com mais esse rombo em suas finanças. Outro fator de desequilíbrio, era a intensa produção de moedas de cobre, cujo valor monetário era muito superior ao valor intrínseco, dando margem a uma grande quantidade de falsificações (consta que 5 empresas nos Estados Unidos, sobreviviam quase que exclusivamente de falsificar essas moedas) .



No auge de sua impopularidade, principalmente pela política autoritária sempre pronta a ceder aos interesses estrangeiros, nosso primeiro imperador no dia 9 de abril de 1931 partiu para Portugal, levando a filha mais velha Maria da Glória (futura Maria II – rainha de Portugal) para reivindicar o trono, usurpado pelo seu irmão Miguel. Para que isto acontecesse, D.Pedro I abdicou do trono brasileiro, em favor de seu filho Pedro de Alcântara, que tinha no momento 5 anos de idade.

Esse golpe só foi possível por que todas as forças políticas contrárias a D.Pedro I, que se aliaram em torno do partido brasileiro, viam na abdicação uma forma de tirar vantagens políticas da

situação: Os “moderados” querendo construir uma monarquia de fachada onde o rei reina, mas não governa e os “exaltados” partindo para a experiência republicana, que já se iniciava em vários paises do nosso continente.

3. O período das Regências (1831/1840)

Em sua partida, D.Pedro I nomeou o “moderado” José Bonifácio de Andrada e Silva (1763/1838) que assumiu a regência no período entre 1831 e 1833, tendo traçado os seguintes objetivos:

- Atender as reinvidicações dos cidadãos proprietários através de instituições que garantissem o exercício da cidadania, tomando como exemplos: A formulação de uma lei Penal para todo o Império, a Formação do Exercito Brasileiro e a descentralização administrativa com mecanismos explícitos de fiscalização através do poder central.



- Construir uma nação indivisa, evitando-se a fragmentação como na América espanhola, lutando contra os movimentos separatistas e procurando intensamente a melhoria dos sistemas de comunicação e transportes.

- Assegurar o respeito do Brasil na comunidade econômica mundial, através do saneamento e unificação do seu meio circulante. Nessa complexa tarefa, foram tomadas as seguintes ações:

- 1831/32 - Anulou-se a legislação que proibia a circulação interprovincial das moedas de cobre.

- 1833 - Emissão de papel moeda em substituição das moedas de cobre - Cédulas para o Troco do Cobre - que foram as primeiras cédulas oficiais brasileiras.

- 1833 - Fechamento de todas as casas da moeda (Bahia, Minas, Goiás, Cuiabá e São Paulo), centralizando toda a emissão na Casa da Moeda do Rio de Janeiro.

- 1834 - Novo padrão monetário com a extinção das "patacas" (80/160/320/640 e 960 réis) e lançamento da série dos "Cruzados" (100/200/400/800 e 1200 réis).

- 1834 - Como conseqüência dessas medidas, algumas províncias começaram a carimbar suas moedas, para evitar que saíssem de seus territórios: Ceará, Maranhão, Piratini (Rio Grande do Sul), Pará etc...

- 1835 - Criação do Carimbo Geral para reduzir o valor em 50% nas moedas comuns e 25% nas provinciais.

- 1840 - Inicio da Pluralidade Bancária concedendo o direito de emissão ao Banco Comercial do Maranhão.

Outras regências se sucederam como a de Manuel Inácio de Andrade Souto Maior o Marques de Itanhaém de 1833 a 1835, a de Diogo Antonio Feijó de 1835 a 1837, e a de Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda que assumiu a regência em 1837, seguindo sempre as mesmas orientações.

Nesse período, Pedro de Alcântara ficava quase que todo o tempo recolhido no Palácio de São Cristóvão na Quinta da Boa Vista, com suas irmãs, onde através de diversos mestres e cortesãos estudavam entre outras matérias: inglês, francês e alemão.

4. O golpe da Maioridade

Em 22 de Julho de 1840, quando perguntado por Antonio Carlos de Andrada e Silva se desejava assumir o governo agora ou esperar que completasse 18 anos, o jovem Pedro disse: "Quero Já". Dessa forma foi antecipada a sua maioridade e um ano depois, no dia 18 de julho de 1841 com 15 anos, seria coroado como "Dom Pedro II - Imperador Constitucional do Brasil, por graça de Deus e Unânime aclamação dos povos".

A antecipação da maioridade foi a solução encontrada entre os importantes grupos dirigentes, para que a propaganda republicana que já tomava corpo, fosse aniquilada, tendo na figura do Imperador, o elo que faltava para dar coesão ao poder do Estado Imperial. Além de chefe supremo do País, a Constituição de 1824 atribuía ao Imperador, um poder pessoal, o "Poder Moderador" que se sobrepunha ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário.

Essa decisão encontrou forte resistência, sobretudo nos grupos que exerciam grande poder sobre os regentes e na estrutura cortesã montada para amparar e instruir o futuro Monarca. Isso explica esse espaço de um ano decorrido entre a antecipação da maioridade e a sua coroação.

5. A conjuntura encontrada

Quando da sua coroação as condições do País eram bastante precárias. Havia em andamento dois conflitos internos: A "Balaiada" (1838/1842) no Maranhão e Piauí e a "Revolução Farroupilha" (1835/ 1845) no Rio Grande do Sul.

O Brasil contava com cerca de 6 milhões de habitantes concentrados em pequenas faixas do litoral. Muito do País precisava ser conhecido e povoado. A incipiente organização administrativa do Brasil e a vastidão do seu território, mantinha isoladas as províncias, sempre a desafiar o "Poder Central".

A economia de base agrícola, sustentada por mão de obra escrava, era totalmente voltada para a exportação, para conseguir recursos para pagar os juros da dívida externa com a Inglaterra, que somava cinco milhões, quinhentos e oitenta mil libras esterlinas!

6. Os primeiros anos

De acordo com a "Constituição de 1824", a estrutura política era a seguinte:

- Conselho de Estado: Cargo vitalício de pessoas indicadas pelo Imperador, que podia ser suspenso por tempo indeterminado. Vale dizer que esse "Conselho" houvera sido dissolvido no período das Regências e resgatado no inicio do II Império com o propósito de assessorar o jovem D.Pedro II no desempenho das suas atribuições, que eram a de garantir a Independência, a indivisibilidade do território e o equilíbrio e harmonia dos poderes públicos. A partir de 1847, D.Pedro II instituiu a figura do "Presidente do Conselho de Estado", que era indicado por ele, e esse presidente passaria a indicar os componentes do Conselho.
- Ministros: Seus membros eram escolhidos pelo Imperador e representavam o Poder Executivo.
- Senadores: O Imperador escolhia em lista tríplice obtida

por eleição popular, cidadãos com idade mínima de 40 anos e ganhos anuais superiores a 800 mil réis. Era um cargo vitalício, sendo que o Visconde Souza Queiroz ficou no cargo de 1848 a 1889, só deixando de ser senador com a proclamação da República. Deste segmento saíram as figuras ilustres e mais representativas da época.

- Deputados: Escolhidos em eleição popular, cidadãos com idade mínima de 25 anos e ganhos anuais superiores a 400 mil réis. Esse cargo era ocupado por políticos mais jovens, quase sempre profissionais liberais ou pequenos comerciantes.

Durante todo o II Império, houve dois partidos que se alternaram no poder:

- Partido Conservador: composto pelos antigos “moderados” que tinha tendência centralizadora e representava o grande comercio e a grande lavoura de exportação.
- Partido Liberal: agregando os antigos “exaltados”, composto em sua grande maioria, por profissionais liberais urbanos e agricultores do mercado interno. Lutava contra a centralização.

A formação do primeiro dos 36 ministérios de D.Pedro II foi fortemente influenciada pelo grupo que o cercava, desde a sua primeira infância. Afinal até aquele momento, ver caras conhecidas e familiares daquilo que até então era o seu mundo, valia mais do que a competência para o desempenho das funções. Nesses primeiros anos do seu amplo governo, a personagem que mais o influenciou foi o mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva (1790/1868), criando o satírico ditado: “Paulo primeiro! Pedro segundo!”.



Casou-se em 1843 com Dona Teresa Cristina Maria de Bourbon, princesa das Duas Sicilias, com quem teve 4 filhos: Afonso (1845/1847), Isabel (1846/1921), Leopoldina (1847/1871) e Pedro (1848/1850).

7. A Reorganização do Estado

Se no início do seu reinado, era ainda um adolescente influenciável, amadureceu muito com o encerramento do ciclo das revoluções e passou a exercer o seu poder pessoal de hábil político e um administrador de visão.

Logo no início da década de 50, os bons fluidos partiram do Executivo e do Legislativo, onde se destacaram: a promulgação do "Código Comercial", as "Leis das Terras" e a "Reforma Judiciária".

No âmbito do executivo, destacam-se a proibição do trafico de escravos, a criação da província do Amazonas, a reorganização do



Corpo Diplomático, das Forças Armadas, da Educação e de outros setores administrativos do Governo.

No campo econômico (e numismático) reiniciou em 1847 a cunhagem de ouro e prata e no ano seguinte, estabeleceu o novo sistema monetário, o 3º. do Império, abolindo-se o "cruzado" e adotando-se o "padrão ouro" vigente na Inglaterra. Cunharam-se moedas de 200/500/1000 e 2000 réis de prata e 5000/10000 e 20000 réis de ouro. Nessa época, devido à constante valorização do café e do açúcar e os efeitos de uma austera política tarifaria, a taxa de cambio do "mil-réis" alcançou paridade com a libra esterlina. Para se ter uma idéia do valor do dinheiro, em 1850 um bom almoço custava por volta de 2000 réis, um cafezinho 60 réis e o recém chegado sorvete 320 réis.

Na área administrativa, foi realizado um grande esforço para a

construção do aparato necessário para a complementação da obra de unificação nacional, auxiliada pelos grandes inventos tecnológicos do século XIX.

8. De "olho" na evolução da Tecnologia

O caráter de amante das ciências e da evolução tecnológica de D.Pedro II, podem ser atestados principalmente nos seguintes casos:

- Em 1852, D.Pedro II inaugurou o Telegrafo no Brasil, inventado somente 8 anos antes nos Estados Unidos por Samuel Morse, tendo a primeira linha ligado o Palácio de São Cristóvão ao Quartel General do Exercito. A partir de 1857 foi liberada a utilização publica, sendo que as primeiras linhas interligavam a Corte com as províncias do Sul, até que em 1873 foram interligadas as províncias do norte e do nordeste e em 1874 a conexão com a Europa. Em síntese, o governo Imperial havia construído 19.000 quilômetros de linhas telegráficas até 1889.
- Ainda no campo das comunicações, D. Pedro II, participante ativo das feiras internacionais, tomou conhecimento na Feira Mundial de 1876 na Filadélfia, do modelo de telefone apresentado pessoalmente por Graham Bell ao Imperador. Essa apresentação o deixou fascinado quando soube antever o alcance do equipamento, principalmente num País com as dimensões do Brasil, e logo "comprou" a idéia, tendo implantado a tecnologia no País em 1877 e fundado a Companhia Telefônica do Brasil em 1879.
- Em 1954 foi construída no Rio de Janeiro a primeira linha férrea do Brasil. Em 1858 foi inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro D. Pedro II que ligaria o Rio de Janeiro a São Paulo e a Minas Gerais. No ano de sua deposição em 1889, o Brasil contava com mais de 9.000 quilômetros de estradas de ferro.
- Também na área dos transportes, nesse mesmo ano de 1854 iniciavam-se as primeiras linhas de navegação costeira regular, que ligavam as cidades do norte e nordeste com a Corte e com as províncias do sul. Esse meio de transporte funcionou bem por mais de 100 anos.

Além da implantação das novas tecnologias que resolveriam

parte dos problemas cruciais da Nação que eram Comunicação e Transporte, D.Pedro II foi o pioneiro da fotografia no Brasil, uma vez que adquiriu e operou a primeira maquina de daguerreotipia (a futura máquina fotográfica) 08 meses antes da chegada da segunda dessas máquinas ao Brasil.

9. A formação da Cultura Brasileira

D.Pedro II filiou-se ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838. Esse Instituto que o Imperador começou a freqüentar mais assiduamente em 1840 era composto, em sua maior parte da “boa elite” da Corte, que se reuniam todos os domingos em uma sala do Paço Imperial para discutir os assuntos nacionais e não deixar para os estrangeiros a tarefa de escrever a história do Brasil. A partir de 1850, D.Pedro II toma a presidência do IHGB, presidindo até 7 de novembro de 1889, uma semana antes da proclamação da República, um total de 506 sessões.

Através do IHGB, foi formulado o projeto de uma cultura “genuinamente nacional”, e através do financiamento direto, do incentivo ou do auxílio a poetas, músicos, escultores, pintores e cientistas, o Imperador tomava parte nesse projeto que implicava, além do fortalecimento da monarquia, na própria unificação nacional.

Esse projeto que elegia o Índio como símbolo da cultura nacional em detrimento do negro que lembrava a escravidão, ocorreu sob proteção do Imperador, e teve seus ícones como Gonçalves Dias e José de Alencar na literatura e Victor Meireles e Pedro Américo na pintura, e que atingiu seu apogeu na musica com Carlos Gomes com a ópera “O Guarani”, que foi apresentada em 2 de dezembro de 1869 para homenagear o Imperador por ocasião do seu aniversario. Esta



obra, considerada um clássico mundial seria apresentada no Teatro Scala de Milão em 1870, tendo repetido suas diversas montagens até os dias atuais.

Nesse tempo a figura simbólica do índio, começa a aparecer nas cédulas e nas medalhas brasileiras, procurando se consolidar como a imagem do Império.

10. A criação da nobreza no Brasil

A prerrogativa de conceder títulos e honrarias, parece ter sido uma das primeiras faculdades exercidas por D.Pedro II. A Nobre Corporação dos Reis de Armas, o cartório da nobreza, que foi instalada em 1810 por seu avô D.João VI, teve suas leis específicas alteradas em 1847 e serviram para conceder durante o reinado de D.Pedro II, 946 títulos de nobreza, sendo 2 Duques, 25 Marqueses, 29 Condes, 145 Viscondes e 745 barões.

Considere-se que esses títulos eram pagos e representavam uma parte da arrecadação, como se pode ver na tabela de preços de 1879: Um título de “Duque” custava dois contos quatrocentos e cinqüenta mil réis, de “Marquês” dois contos e vinte mil réis, de “Conde” um conto quinhentos e setenta e cinco mil réis, de “Visconde” um conto e vinte e cinco mil réis, já o de “Barão” saia um pouco mais barato, por setecentos e cinqüenta mil réis e era concedido principalmente para os grandes agricultores, por isso entendemos o termo: “Barões do Café”.

Entrando na “onda” da cultura “genuinamente nacional”, boa parte da escolha dos títulos, que eram prerrogativa exclusiva do Imperador, levavam nomes indígenas como: Marques de Sapucaí, Conde de Itanhaém, Barão de Gravataí etc. Junto com os títulos vinham os brasões e as armas, florescendo a heráldica no Brasil.

O próprio escudo de armas do Império, era composto por uma esfera armilar atravessada por uma cruz da “Ordem de Cristo”, circulada por 19 estrelas representando as províncias e a Corte, firmada pela coroa real sobre um escudo, cujos lados são abraçados por dois ramos de plantas de café e tabaco, ligadas na sua parte inferior pelo laço da nação.

11. A Política da Conciliação

Para a consolidação do avanço político e administrativo, D.Pedro II, reuniu em um só ministério, as duas facções políticas: os "Conservadores" e os "Liberais", para realizar um ambicioso projeto de reformas políticas para fortalecer as instituições monárquicas e constitucionais. Para chefiar esse projeto, D.Pedro II trouxe o político mais influente na época, Honório Hermeto Carneiro Leão (1801/1856) e mais tarde José Maria da Silva Paranhos, o "Marquês do Rio Branco".

Com a ajuda dessa política e pela riqueza obtida com a exportação do café, toda a economia prosperou e transformou esse período na fase áurea do II Império, onde D.Pedro II realmente reinou, governou e administrou.

Um exemplo dessa sua habilidade política foi o processo de aprovação da "Lei do Ventre Livre" em 1871. A proposta foi apresentada em 3 de maio, na fala do trono de abertura do ano legislativo, causando enorme impacto político. A seguir D.Pedro II solicitou licença para se ausentar do País e declarou a princesa Isabel, sua filha mais velha, regente com plenos poderes. Dessa forma, quando começaram as discussões do projeto na Câmara dos Deputados, D.Pedro II já se encontrava a caminho da Europa, deixando seus adversários políticos que o acusavam de manipulador, órfãos de argumentos. A estratégia deu certo e em 27 de setembro daquele ano, a lei foi sancionada pela princesa Isabel. Muitos afirmam que as leis abolicionistas sempre assinadas pela princesa Isabel na ausência do pai, faziam parte de sua estratégia para torna-la mais popular entre os súditos, ao mesmo tempo em que preservava sua imagem junto aos senhores proprietários de escravos.

Em 1868, o Imperador não aceitou o pedido de demissão do marquês de Caxias, comandante em Chefe dos exércitos, apesar das criticas de Zacarias de Góes presidente do Conselho de Ministros. Entre o comandante conservador e o ministro liberal, ficou ao lado do comandante que considerava um velho e fiel aliado, dissolvendo o ministério e indicando para o governo, o senador Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí. Era o fim da política da conciliação.

Nesse mesmo ano de 1868, o Brasil lança pela primeira vez moedas de bronze cunhadas em Bruxelas, nos valores de 10 e 20 réis e posteriormente já cunhadas no Brasil as moedas de 40 réis. Em

1871 foi lançada a primeira série de moedas de níquel, nos valores de 50/100 e 200 réis. Era o Brasil inovando em termos de moeda com pequeno valor intrínseco desde o final da cunhagem do cobre.

12. As viagens de D.Pedro II

Culto poliglota e extremamente atencioso, suas viagens ao exterior valeram mais que muitas missões diplomáticas, projetando o Brasil no exterior.

Além de participar de eventos científicos e exposições mundiais, circulou com desenvoltura por lugares distantes como o Império Otomano, a Rússia, a Palestina e o Egito, que transformaram nosso Imperador num astro do cenário mundial, tendo sido designado varias vezes para atuar como juiz em comissões internacionais de arbitramento.

13. A Guerra do Paraguai (1864/1870)

Sem dúvida nenhuma, a mais espinhosa tarefa de D. Pedro II, foi a de participar juntamente com a Argentina e o Uruguai, da guerra contra o general Solano Lopes do Paraguai.

A guerra do Paraguai custou um alto preço em dinheiro: exatos 614 mil contos de réis (onze vezes mais do que o orçamento anual do Real Erário) e em vidas humanas, além de abalar seu prestigio perante a opinião pública e o Exercito Brasileiro, que sem efetivos suficientes teve que recrutar cidadãos livres e escravos. Nesse episódio surpreendeu os políticos e agradou o povo, na sua decisão de se apresentar como voluntário numero 1.

No final da guerra do Paraguai em 1870, fundava-se um novo partido, o “Republicano”, que cresceu rapidamente com os fazendeiros de café do oeste paulista, os pequenos e grandes empresários urbanos e uma ampla camada de funcionários públicos descontentes com o Império. Uma boa parte da oficialidade militar, descontente com as suas atribuições consideradas humilhantes como a defesa dos interesses ingleses e a incumbência de capturar escravos fugidos, viria mais tarde a aderir a esse partido.

14. Os últimos anos de Governo

Abatido e precocemente envelhecido por diversas enfermidades, afastou-se nos últimos anos de governo, dos negócios de Estado.

Em 1888, durante o último período de regência da princesa Isabel, foi decretado o fim da escravidão no Brasil, executando enfim a promessa feita pelo seu pai aos ingleses em 1830, sendo o último dos paises da América a tomar essa atitude, o que elevou o nome do Brasil e o do Imperador perante os seus súditos mais humildes.

Em junho de 1889, apesar de muito doente conseguiu, num último esforço para dar sobrevida ao Império, nomear um gabinete liberal, presidido por Afonso Celso de Assis Figueiredo, o "Visconde de Ouro Preto" (1837/1912).

Nesse momento, a propaganda republicana já estava nas ruas, apoiada ainda pelos descontentes com a abolição da escravatura e pela insatisfação dos militares.



15. Deposição e banimento

Com a proclamação da Republica no golpe militar de 15 de novembro de 1889, D.Pedro II foi humilhantemente banido do território brasileiro, realizado na calada da noite e sob ameaça de armas.

Logo que desembarcou em Lisboa no dia 7 de dezembro, seguiu para a cidade do Porto, onde faleceu no dia 28 sua companheira de 46 anos de casamento, a Imperatriz Teresa Cristina. O ex-imperador do Brasil e agora somente o cidadão brasileiro Pedro de Alcântara, teve problemas práticos de onde se instalar e como sobreviver com a família e como reaver os bens deixados no Brasil, o que só veio a acontecer no fim de 1890. Nesse período, recusou a dotação de recursos oferecidos pelo governo do Marechal Deodoro da Fonseca, uma vez que condicionou a aceitação do auxilio financeiro à revogação dos decretos de banimento.

Seguindo os passos do genro, o Conde D'Eu, morou na França em Cannes, Versalhes e por fim Paris, onde morreu num modesto quarto de hotel no dia 5 de dezembro de 1891 aos 66 anos de idade.

Por causa do decreto de banimento, só revogado pelo presidente Epitácio Pessoa em 3 de setembro de1920, seus restos mortais só retornaram ao Brasil em 1921 e foram depositados no mausoléu da catedral de Petrópolis; cidade imperial que ele construíra.

Curiosamente, em 1923, dois anos após seu traslado, a figura de D. Pedro II volta a aparecer no dinheiro brasileiro, na cédula de 200 mil réis do Banco do Brasil.

16. Conclusão

Nos quase 50 anos de seu reinado, o menino órfão de mãe desde os dois anos e que fora abandonado por seu pai e pela sua irmã mais velha aos 5 anos, e que aos 15 anos recebeu a iincumbência de governar um País cheio de crises e revoltas internas, conseguiu, nesse longo governo onde não houve um só período de censura à imprensa e nem presos políticos, através do seu carisma pessoal e de sua habilidade política, a construção da unidade nacional onde só havia territórios dispersos e aboliu o cativeiro numa nação que aparentemente não conseguiria sobreviver sem escravos.

Como diriam alguns historiadores: "No seu longo reinado, a única coisa que D.Pedro II não fez, foi a barba".

Medalhas Emitidas pela SNB

Atualizando as informações sobre as medalhas emitidas desde 2004 pela SNB, informamos os dados da cunhagem das mesmas.

2004

80 anos da Fundação da

Sociedade Numismática Brasileira





Latão Prateado – 41 exemplares

Latão Dourado – 41 exemplares

Provas:

Alumínio - 17 exemplares

Diâmetro: 70 mm

Criação: Fábio de Souza (SP)

Gravador: Aristides Sá Leitão (SP)

Fabricante: Prataria Consentino (SP)

Reverso: Montini (SP), reutililizado da medalha do IV Centenário da fundação de São Paulo (1954)

2004

II Congresso Latino Americano de Numismática





Ouro –07 exemplares

Prata – 74 exemplares

Cobre – 60 exemplares

Bronze – 60 exemplares

Diâmetro: 55 mm

Criação: Fábio de Souza (SP)

Gravador: Aristides Sá Leitão (SP)

Fabricante: Prataria Consentino (SP)

2005

III Congresso Latino Americano de Numismática





Ouro – 03 exemplares
Prata – 50 exemplares
Cobre – 50 exemplares
Bronze – 50 exemplares

Provas:
Alumínio - 15 exemplares
Diâmetro: 55 mm
Criação: Fábio de Souza (SP)
Gravador: Aristides Sá Leitão (SP)
Fabricante: Prataria Consentino (SP)

Revista Numismática

A Sociedade Numismática Brasileira publicou durante os anos de 1933 a 1954, como órgão divulgador oficial, os 31 volumes da **REVISTA NUMISMÁTICA**, que englobava artigos de Numismática, História, Arqueologia e Heráldica; e que ainda é uma fonte inesgotável de informações. Como muitos colecionadores possuem essas revistas em suas bibliotecas, mas não possuem a relação completa das mesmas, vimos agora disponibiliza-la.

Ano I	1933	04 volumes	01/02/03/04
Ano II	1934	04 volumes	01/02/03/04
Ano III	1935	04 volumes	01/02/03/04
Ano IV	1936	02 volumes	01 e 02/03 e 04
Ano V	1937	02 volumes	01 e 02/03 e 04
Ano VI	1938	02 volumes	01 e 02/03 e 04
Ano VII	1939	01 volume	01-04
Anos VIII-IX	1940-1941	01 volume	01-04
Ano X	1942	01 volume	01-04
Ano XI	1943	01 volume	01-04
Ano XII	1944	01 volume	01-04
Ano XIII	1945	01 volume	01-04
Ano XIV	1946	01 volume	01-04
Ano XV	1947	01 volume	01-04
Ano XVI	1948	01 volume	01-04
Ano XVII	1949	01 volume	01-04
Ano XVIII	1950	01 volume	01-04
Ano XIX- XX	1951-1952	01 volume	01-04
Ano XXI - XXII	1953-1954	01 volume	01-04

Revista Numismática - Estudos de Capa

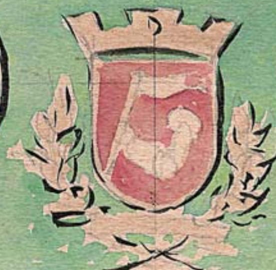
No boletim 56 divulgamos o primeiro dos três estudos de capa feitos para a Revista Numismática, que começou sua edição em 1933. Agora brindamos os associados com os outros dois estudos de capa.



REVISTA
NUMISMATICA
BRASILEIRA









MAIO - JUNHO - 1932

ORGÃO OFFICIAL DA SOC. NUMISMATICA BRASILEIRA PRAÇA JOÃO PESSOA 5 - 5º ANDAR

ANNO 1 Nº 1



Capa publicada no Boletim Nº 56

REVISTA NUMISMATICA



ORGÃO DA

SOCIEDADE NUMISMATICA BRASILEIRA

SÃO PAULO

1933

ANNO I Nº 1

Capa Oficial do Boletim Nº 1

Novidades na Literatura Numismática

O MEIO CIRCULANTE NO BRASIL

Julius Meili



Com lançamento na última Bienal do Livro, em São Paulo, o Senado Federal, volta à luz, "O Meio Circulante no Brasil – Parte III – A moeda fiduciária no Brasil de 1771 a 1900", o brilhante e raro trabalho do "Pai da Numismática Brasileira", Julius Meili (1839-1907), que foi cônsul honorário de seu país em Salvador, empreendeu uma das pesquisas mais rigorosas e inéditas no campo do estudo da moeda fiduciária no Brasil.

As cédulas dizem muito sobre a civilização onde circulam. Desta forma, pode-se ler um pouco da História do Brasil por intermédio das nossas cédulas. O meio circulante no Brasil, volume III, de Julius Meili, só teve uma edição, em 1903, paga pelo próprio autor e de circulação restrita. Obra rara, agora se torna acessível ao grande público que tem possibilidade de visualizar um conjunto grande de dinheiro brasileiro, contribuindo para ampliar o conhecimento sobre nossa numismática. Este terceiro volume (impresso em papel couchê, formato 30 x 21 cm, com reproduções primorosas, com 552 paginas) resgata uma preciosa fonte de informações sobre o dinheiro brasileiro no tempo do Império, que além das cédulas oficiais, podemos verificar as cédulas particulares, vales, bilhetes, enfim tudo que se referira valor monetário. Este livro, fruto de co-edição do Conselho Editorial do Senado Federal, Associação de Amigos do Museu de Valores do Branco Central e do próprio Banco Central, vem preencher uma lacuna na bibliografia sobre o assunto.

Serviço:

Livraria do Senado Federal
http://www1.senado.gov.br/cegraf/loja/produtos.asp?produto=254

Catálogo do Gravador Balsemão

Durante o III Congresso Latino-Americano de Numismática tivemos a oportunidade de prestigiar o lançamento do Catálogo de Ensaios, Réplicas e Medalhas do nosso Associado Pedro Pinto Balsemão.



Com uma tiragem de 1000 exemplares numerados, podemos verificar nas suas 67 páginas a bela arte da gravação, muito bem detalhada em todos os mínimos detalhes. Vale a pena adquirir a obra.

Serviço:

PEDRO PINTO BALSEMÃO
Avenida Senador Salgado Filho nº 2194
São Leopoldo – RS
93.120-000
(51) 3587.2148 e 3568.1866
pedropbalsemao@terra.com.br

Histórias que o Dinheiro Conta

Em solenidade oficial na sede da SNB, no último dia 24 de março, foi lançado o livro “Histórias que o Dinheiro Conta” de autoria de André Cintra e Renato Torelli.



Editado pela LUMUS, com ótima diagra-mação e disposição gráfica, este belo trabalho com 241 páginas, colabora em muito para a divulgação da numismática brasileira, tanto a nível de colecionadores como também a nível didático.

Pela primeira vez, de forma sistematizada e criativa, o dinheiro é tratado como meio de comunicação. Ao longo da obra, são reproduzidas todas as moedas e notas lançadas no Brasil a partir de 1942. Além de símbolos nacionais, o dinheiro vem destacando personagens; heróis e mitos brasileiros, presidentes da República, senadores e ministros, figurões das forças armadas, das ciências, das artes e dos esportes. Você atravessará toda a História do Brasil revivendo fatos relevantes, episódios fundamentais e personagens decisivos. Mais do que isso, conhecerá uma história do imaginário, dos símbolos, dos sonhos e das representações nacionais. Cédulas e moedas foram analisadas dos pontos de vista informativo e ideológico. Há curiosidades e surpresas de sobra. Não perca as histórias que o dinheiro conta.

Serviço:

LUMUS EDITORA LTDA.
Avenida Paulista nº 2202 – 2º andar – Cj. 25
São Paulo – SP
01310-300
lumus@lumuseditora.com.br

Visita imperial a Casa da Moeda

Hans Kochmann

No dia 3 de dezembro de 1855, às 4 horas da tarde, o Imperador Dom Pedro II visitou oficialmente a Casa da Moeda da Corte (Rio de Janeiro), a fim de inaugurar uma nova prensa monetária automática movida à vapor. A “nova maquina de cunhar”, como era chamada na época, foi adquirida pela Casa da Moeda, depois da mesma ter conseguido um crédito especial no valor de Rs 69.500$000 (sessenta e nove contos e quinhentos mil reis), devidamente autorizado pelo Ministério da Fazenda.

Para perpetuar a ilustre visita e para comemorar a aquisição e a instalação da nova prensa, a Casa da Moeda cunhou uma medalha comemorativa, em cujo anverso é apresentada efígie do imperador D. Pedro II em uniforme de almirante, de perfil à esquerda, com a seguinte legenda: **D. PEDRO SEGUNDO IMPERADOR DO BRAZIL**. No corte da efígie é apresentado o nome do gravador: FARIA (Quintino José de Faria. Ajudante de abridor de cunhos entre 1843 e 1866) e no exergo a figura do Dragão Imperial, símbolo heráldico da Família Bragança . Em 1855 contava o Imperador 30 anos de idade.



O reverso da medalha apresenta a nova prensa monetária, com seus pormenores bem definidos, e as seguintes inscrições: **A AUGUSTA VIZITA IMPERIAL A CAZA DA MOEDA/ TRABALHANDO PELA PRIMEIRA VEZ /A NOVA MAQUINA DE CUNHAR / A 3 DE DEZEMBRO DE 1855**. As medalhas foram cunhadas em prata e cobre com um diâmetro de 58 milímetros, pesando a de prata 119,669 gramas. Sua classificação é mencionada

no catálogo de Julius Meili, *"As Medalhas referentes ao Império do Brasil"*, sob o nº 27, que menciona apenas o exemplar em cobre.

A fim de colocar a nova prensa em funcionamento durante a visita do imperador, a Casa da Moeda preparou cunhos especiais para a confecção de duas provas monetárias. A primeira, uma prova para uma moeda de ouro de 20.000 réis, foi cunhada com o cunho de anverso da era 1855 da cunhagem regular desse valor, enquanto no reverso foi omitida a legenda heráldica **IN HOC SIGNO VINCES** (sob este sinal vencerás), presente em todas as cunhagens regulares.

A segunda prova monetária, para uma moeda de 1.000 réis, 1855, em prata, foi igualmente confeccionada com um cunho de anverso normal desse valor, usando-se para o seu reverso o mesmo cunho já usado para o reverso da prova de 20.000 réis (sem a legenda heráldica), pela simples razão de ambas apresentarem um diâmetro idêntico de 30 milímetros.

Como novidade absoluta em moedas brasileiras, as duas provas monetárias apresentam, no lugar da serrilha habitualmente aplicada nas cunhagens regulares, a inscrição **DEOS PROTEGE O BRAZIL**, em alto relevo, aplicada pelo sistema então em uso da Europa, como por exemplo, nas moedas francesas da época, que apresentam a inscrição **DIEU PROTEGE LA FRANCE**.

Conhecemos atualmente um só exemplar em ouro e um em prata com a legenda **DEOS PROTEGE O BRAZIL**, e tudo faz crer que somente esses dois exemplares foram cunhados na presença do imperador, quando a sua visita à Casa da Moeda do Rio de Janeiro, naquela tarde de 3 de dezembro de 1855.

A prova monetária de 20.000 réis (ouro) é mencionada no catalogo de Julius Meili, *"As Moedas do Brasil Independente"*, sob o nº 205. Pertenceu segundo Meili, ao Deputado Innocencio Marques de Araujo Góes (Bahia), encontrando-se atualmente no acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. A prova monetária de 1.000 réis (prata) encontra-se numa coleção particular em São Paulo.

A prensa monetária de 1855 entrou em operação normal de cunhagem no ano seguinte. As primeiras moedas por ela cunhadas eram as moedas de prata de 200, 500, 1.000 e 2.000 réis e as moedas de ouro de 5.000, 10.000 e 20.000 réis, todas da era 1856.

In "Boletim de Numismática" nº 59 da Sociedade Numismática Brasileira,São Paulo, Ano XX – 2º trimestre de 1978, pg. 2 e 3.

O 500 Réis de 1929

Osvaldo Luiz Collucci Oliveira



Ali pela década de 30, existia em Ribeirão Preto um talentoso torneiro e de tão talentoso, resolveu fabricar dinheiro metálico; as moedinhas do título acima. E dá-lhe 500 Réis 1929, bonitinhas que só vendo.

A esposa do "moedeiro" encarregava-se de botar pra circular a produção do marido: da quitanda á loja de móveis eram montes de moedinhas miúdas e tantas eram que começaram a chamar a atenção, inclusive da policia e numa "batida com mandato" surpreenderam a filial ribeirãopretana da Casa da Moeda. Nosso torneiro/moedeiro foi devidamente encarcerado e constituiu um advogado para sua defesa.

Logo após a prisão o advogado do réu entra em contato com o delegado e solicitou informações sobre o processo já em curso; e ao examiná-lo afirma que seu cliente estava sendo erroneamente acusado; ante o espanto do delegado afirma:

- Meu cliente não falsificou nada.

- Como não, afirma zangado o delegado, não está vendo a falsificação incluída nos autos?

- Estou, responde o advogado, mas essas moedas não indicam serem imitações de algo emitido pelo Tesouro Nacional.

- O senhor está brincando comigo? responde o enfezado delegado.

- Claro que não, replica o advogado. E para esclarecer essa questão vamos consultar o Tesouro e a Casa da Moeda.

O aturdido delegado de polícia concordou e foram feitas as devidas consultas. Após algum tempo vieram as respostas: nem o Tesouro Nacional e nem a Casa da Moeda haviam autorizado ou fabricado as referidas moedinhas.

Conclusão: O réu não pode ser acusado de falsificação e sim de "simulação de dinheiro". A pena devia ser bem menor e com a habilidade de seu advogado, o nosso "moedeiro" ganhou a liberdade para responder o processo. À época a rua da oficina do torneiro ficou conhecida como "Rua do Tesouro", pois nela também existia uma clicheria que "confeccionava" selos do Imposto de Consumo, mas essa já é outra história.

Ah, Vila Tibério, histórias de um dos mais antigos e tradicionais bairros de Ribeirão Preto.

Artigo publicado no boletim Divulgando, do Clube Filatélico e Numismático de Catanduva, Ano XXVII, nº 208, Janeiro/Março de 2006, página 04.

Cláudio Marcos Angelini

Nova variante de 6400 reis do Império do Brasil



Após analisar várias moedas de 6400 réis 1833R, da série "Pedro Menino", identificamos uma nova variante de reverso, ao qual apresentamos suas características abaixo.

Reverso Normal

1. Diâmetro: 13mm
2. Peso: 14,34 gramas
3. 35 frutos no ramo de café (esquerdo)
4. 4ª folha do ramo de fumo (direito) com cabo curto
5. Cruz de Malta normal

Nova Variante

1. Diâmetro: 13mm
2. Peso: 14,34 gramas
3. 26 frutos no ramo de café (esquerdo)
4. 4ª folha do ramo de fumo (direito) com cabo mais longo
5. Haste ou pé da Cruz de Malta alongada

Nota-se, claramente, uma diferença no cunho do reverso dessa "nova" variante, não relatada até então. Destaca-se de forma macro, o número de frutos do ramo de café à esquerda das armas do império brasileiro e da Cruz de Malta sobre a coroa do imperador D. Pedro II.

Se algum colecionador possuir peça similar, gostaríamos de comparar essas características para fins de censo junto a SNB.

Brasil 6400 reis de 1832 R – Pedro Menino





Variante 1





Variante 2

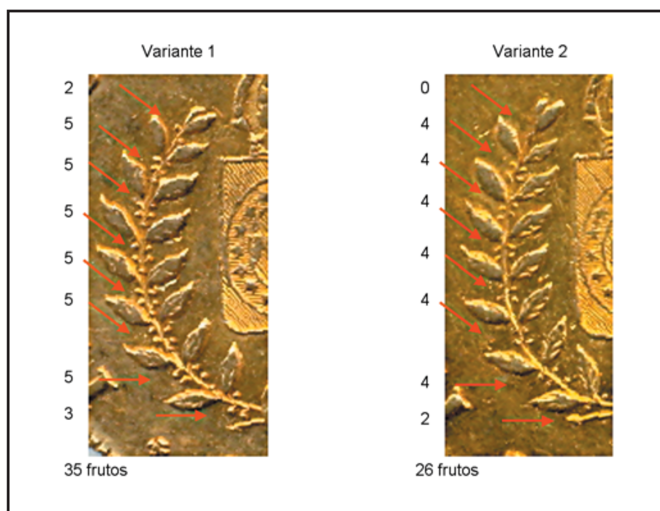
Variante 1

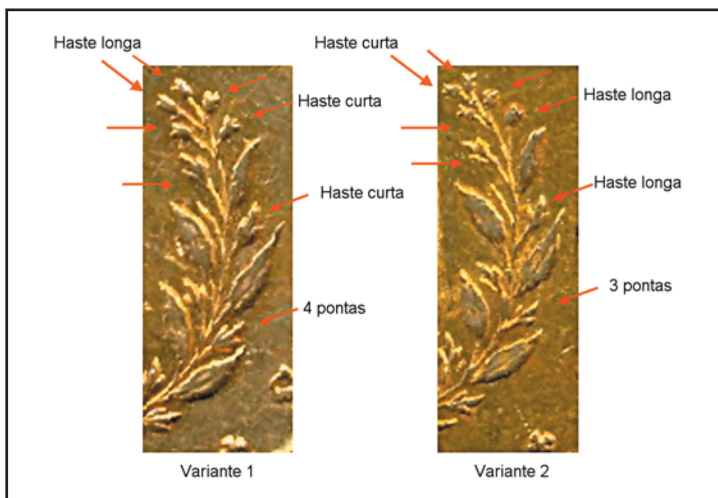


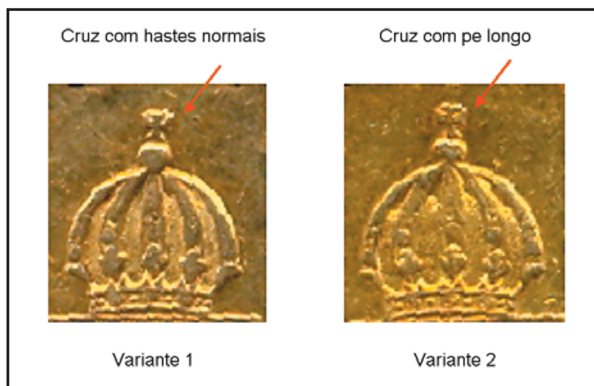





Variante 2
HOC SIGNO VINCES
IN
6400


Variante 1
2
5
5
5
5
5
5
3
35 frutos
Variante 2
0
4
4
4
4
4
4
2
26 frutos

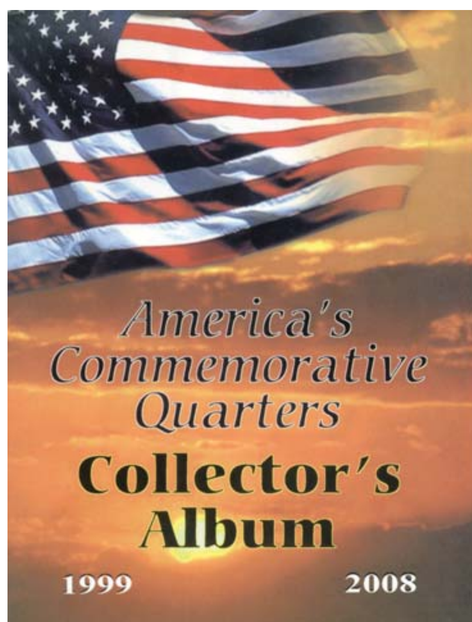

Haste longa
Haste curta
Haste curta
4 pontas
Variante 1
Haste curta
Haste longa
Haste longa
3 pontas
Variante 2


Cruz com hastes normais
Cruz com pe longo
Variante 1
Variante 2

Os Quartos de Dollar comemorativos

A partir de 1999, a Casa da Moeda dos Estados Unidos da América, realizou o lançamento da série comemorativa dos Estados Americanos, que terminará em 2008, com a coleção completa dos 50 estados. Para isso foram lançados álbuns para os colecionadores irem colocando suas moedas, todos feitos com muita criatividade e qualidade.

Para colaborar com os associados relacionamos abaixo a relação completa da emissão dos Quarto de Dollars Comemorativos.







ANO DE CUNHAGEM	ESTADO	Fundação	Capital	Entrada na União Americana
1999	Delaware	1638	Dover	7 Dezembro, 1787
	Pennsylvania	1682	Harrisburg	12 Dezembro,1987
	New Jersey	1660	Trenton	18 Dezembro,1787
	Georgia	1733	Atlanta	2 Janeiro,1788
	Connecticut	1634	Hartford	9 Janeiro,1788
2000	Massachussets	1620	Boston	6 Fevereiro,1788
	Maryland	1634	Annapolis	28 Abril, 1788
	South Carolina	1670	Columbia	23 Maio,1788
	New Hampshire	1623	Concord	21 Junho,1788
	Virginia	1607	Richmond	25 Junho, 1788
2001	New York	1614	Albany	26 Julho,1788
	North Carolina	1660	Raleigh	21 Novembro,1789
	Rhode Island	1636	Providence	29 Maio,1790
	Vermont	1724	Montpelier	4 Março,1791
	Kentucky	1774	Frankfort	1 Junho,1792
2002	Tennessee	1769	Nashville	1 Junho,1796
	Ohio	1788	Columbus	1 Março,1803
	Lousiania	1699	Baton Rouge	30 Abril,1812
	Indiana	1733	Indianapolis	11 Dezembro,1816
	Mississippi	1699	Jackson	10 Dezembro,1817
2003	Illinois	1720	Springfield	3 Dezembro,1818
	Alabama	1702	Montgomery	14 Dezembro,1819
	Maine	1624	Augusta	15 Março,1820
	Missouri	1735	Jefferson City	10 Agosto,1821
	Arkansas	1686	Little Rock	15 Junho,1836
2004	Michigan	1668	Lansing	26 Janeiro,1837
	Florida	1565	Tallahassee	3 Março,1845
	Texas	1682	Austin	29 Dezembro,1845
	Lowa	1788	Des Moines	28 Dezembro,1846
	Wisconsin	1766	Madison	29 Maio,1848
2005	California	1769	Sacramento	9 Setembro,1850
	Minnesota	1805	St. Paul	11 Maio,1858
	Oregon	1811	Salem	14 Fevereiro,1859
	Kansas	1727	Topeka	29 Janeiro,1861
	West Virginia	1727	Charleston	20 Junho,1863
2006	Nevada	1849	Carson City	31 Outubro,1864
	Nebraska	1823	Lincoln	1 Março,1867
	Colorado	1858	Denver	1 Agosto,1876
	North Dakota	1812	Bismarck	2 Novembro,1889
	South Dakota	1859	Pierre	2 Novembro,1889
2007	Montana	1808	Helena	8 Novembro,1889
	Washington	1811	Olympia	11 Novembro,1889
	Idaho	1842	Boise	3 Julho,1890
	Wyoming	1834	Cheyenne	10 Julho,1890
	Utah	1847	Salt Lake City	4 Janeiro, 1896
2008	Oklahoma	1889	Oklahoma City	16 Novembro,1907
	New Mexico	1610	Santa Fe	6 Janeiro,1912
	Arizona	1776	Phoenix	14 Fevereiro,1912
	Alaska	1784	Juneau	3 Janeiro,1959

Falsificações no Mercado Numismático

Recentemente surgiu no mercado numismático, diversas moedas com belos defeitos de cunho, o que aguçou aos mais exigentes colecionadores. Defeitos belíssimos, mas após análise, foi comprovada a "fabricação" dos citados defeitos. Tudo feito para burlar o colecionador, o que é um desserviço para a numismática brasileira, ao qual a SNB reprime com veemência.

Conseguiram até ressurgir o carimbo da Campanha do Ouro de 1932, que foi aplicado, nesta nova fase, em moedas de todos os tipos.

Abaixo podemos verificar vários exemplos dessa nova Casa da Moeda. Este é nosso alerta quando for adquirir moedas com defeitos de cunho e o famoso Carimbo da Campanha do Ouro de 1932, adquira somente de comerciantes idôneos e solicite autenticidade do mesmo.





Em março último, apareceu mais uma novidade no campo da falsificação, claro que para que feito para burlar o colecionador.

Escanearam uma cédula de 1 real e imprimiram a imagem sobre a original, aparentando ser dupla impressão.

Novamente solicitamos cautela na aquisição desse tipo de material!!

Abaixo poderá ver a imagem da cédula em questão.



Novidades Numismáticas

Moeda Comemorativa ao Centenário do Vôo do 14-Bis

Informamos que o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, em 26.07.2006, o lançamento de moeda comemorativa alusiva ao Centenário do Vôo do 14-Bis. O início das vendas ao público está previsto para outubro.

Características:

Valor de face: 2 reais

Composição: prata 925/1000

Tiragem inicial: 2.000

Tiragem máxima: 15.000

Peso: 27g

Diâmetro: 40mm



Santos=Dumont

Guido Mantega - Novo Ministro da Fazenda

Claudio Patrick Amato



uido Gomes Mantega, nascido em 7 de abril de 1949 em Genova na Itália, é desde o inicio de abril deste ano, o novo Ministro da Fazenda, em substituição a Antonio Pallocci.

Vindo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o novo ministro é formado em Economia e Administração na Universidade de São Paulo e fez doutorado em Sociologia do Desenvolvimento na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, com especialização no Institute of Development Countries da Universidade de Sussex na Inglaterra em 1977.

Professor de economia da escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas desde 1981 e no curso de mestrado e doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo de 1984 a 1987 publicou diversos livros e artigos sobre economia e é Assessor Econômico do presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde 1993, tendo sido um dos coordenadores do Programa Econômico do PT na campanha presidencial de 2002.

No inicio do mês de julho, sua micro-chancela começou a ser impressa nas cédulas de 2, 5, 10, 20 e 50 reais, que aos poucos vão entrando em circulação. Como informação para os colecionadores, as primeiras séries dessas cédulas são as seguintes: 2 Reais: A7981A – 5 Reais: B5159C – 10 Reais: D3439C – 20 Reais: A7522A e 50 Reais:C8343A.





Certificados de Autenticidade

Após solicitações de associados, no último dia 27 de maio, foi deliberada pela Diretoria da Sociedade Numismática Brasileira, a emissão de Certificados de Autenticidade, de peças numismáticas adquiridas na sede social, através de nossas trocas indiretas. Abaixo transcrevemos o regulamento para a emissão do citado certificado.

REGULAMENTO PARA A EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE AUTENTICIDADE

1. Finalidade: Este regulamento se destina a normalizar a emissão de certificados de autenticidade das peças adquiridas em trocas indiretas pelo sistema de leilões, dos encontros especiais da Sociedade Numismática Brasileira, a partir do Encontro Especial do dia 31 de maio a 03 de junho de 2006.

2. Aplicação: Poderá ser solicitada somente pelo comprador de moedas, cédulas e medalhas da coleção brasileira, que preencherá a requisição especialmente elaborada para esta finalidade e efetuará o pagamento por este serviço, de um valor equivalente a 01 (uma) anuidade vigente da SNB.

3. Entrega da Peça: Após o pagamento da peça arrematada, o associado comprador não deverá retirar a peça, que será levada ao Diretor Técnico da SNB ou ao Diretor especificamente indicado pelo mesmo, juntamente com a requisição e o comprovante de pagamento do certificado. Neste ato o preposto da SNB dará um recibo da peça ao associado.

4. Analise da Peça: Após a entrega da peça e num período nunca superior a 30 (trinta dias) a peça será analisada por uma comissão especialmente constituída pelo Diretor

Técnico, composto por 03 (três) membros. Essa analise levará em conta somente a constatação da legitimidade da peça, sem entrar no mérito do seu estado de conservação, variante, ou outros detalhes relativos à peça analisada.

5. **Emissão do Certificado:** Após as conclusões da analise, será emitido um certificado em papel timbrado da SNB, em duas vias, ficando uma com o associado comprador e outra arquivada na SNB, com o registro da imagem do anverso e reverso da peça em tamanho ampliado e as conclusões da analise. Esse certificado deverá obrigatoriamente ser assinado pelo Diretor Técnico e pelo Presidente (ou pelo vice-presidente no exercício da presidência).

6. **Peças ilegítimas:** No caso da constatação de que a peça analisada não seja considerada autêntica, será facultada ao associado comprador à devolução imediata do valor do arremate e providenciado o desconto do associado vendedor.

7. **Conclusão:** Outras questões eventualmente não explicitamente indicadas nesse regulamento serão decididas de forma soberana pela diretoria da S.N.B.